



# Anais da Assembleia

N.139

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA

ATA DA 119.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 1985

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Adhail Sprenger Passos e Djalma de Almeida César.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
SESSÃO

Mensagens:

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM N. 220/85

Curitiba, 02 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento do Colégio Estadual do Paraná até o valor de Cr\$ 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), destinados a cobrir despe-

sas com outros serviços e encargos com a seguinte classificação:

DOTAÇÃO:

7600.08431992.420 - MANUTENÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.

3.1.3.2 - outros Serviços e encargos Cr\$ 11.200.000

Os recursos para cobertura do referido crédito são oriundos da própria entidade, conforme estabelecido pelo item II, do § 1.<sup>o</sup>, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 324/85

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar até o valor de Cr\$ 11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do Colégio Estadual do Paraná.

DOTAÇÃO:

7600.08431992.420 - MANUTENÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 11.200.000.

Art. 2.<sup>o</sup> - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo 1.<sup>o</sup> desta lei, o estabelecido pelo art. 43, § 1.<sup>o</sup>, item II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 221/85

Curitiba, 02 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei que altera o orçamento da Fundação Universidade Estadual de Maringá até o valor de Cr\$ 3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), destinados a cobrir despesas com pessoal e encargos sociais, material de consumo, equipamentos e material permanente, PASEP, juros e amortização da dívida, transferências a organismos internacionais, com a seguinte classificação.

DOTAÇÃO:

6600.08442052.460 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MARINGÁ.

3.1.1.1 - Pessoal Civil Cr\$ 202.900.000

- 3.1.1.3 - Obrigações Patrimoniais Cr\$ 14.100.000
- 3.1.2.0 - Material de Consumo Cr\$ 1.000.000.000
- 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 1.100.000.000
- 3.2.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais Cr\$ 3.000.000
- 3.2.6.1 - Dívida Interna - Juros da Dívida Contratada Cr\$ 3.800.000
- 3.2.8.0 - Contribuições para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP Cr\$111.000.000

6600.08442081.461 - EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE DE MARINGÁ

- 4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente Cr\$ 600.000.000
- 4.3.5.1 - Dívida interna - Amortização da Dívida Contratada Cr\$ 8.700.000

Os recursos para cobertura do supracitado crédito são oriundos da própria entidade, conforme estabelecido pelo item II, do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI 325/85

Art. 1º - Fica o Poder executivo autorizado a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$ 3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

#### DOTAÇÃO:

- 6600.08442052.460 - ADMINISTRAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM MARINGÁ
- 3.1.1.1 - Pessoal Civil Cr\$ 202.900.000
- 3.1.1.3 - Obrigações Patrimoniais Cr\$ 14.100.000
- 3.1.2.0 - Material de Consumo Cr\$ 1.000.000.000
- 3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos Cr\$ 1.100.000.000
- 3.2.4.2 - Transferências a Organismos Internacionais Cr\$ 3.000.000
- 3.2.6.1 - Dívida Interna - Juros da Dívida Contratada Cr\$ 3.800.000
- 3.2.8.0 - Contribuições para Formação do Patrimônio

Curitiba, quinta, em 05.12.85

Curitiba, quinta, em 05.12.85

6600.08442081.461 - EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA A UNIVERSIDADE DE MARINGÁ

- 4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente Cr\$ 600.000.000
- 4.3.5.1 - Dívida Interna - Amortização da Dívida Contratada Cr\$ 8.700.000

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo 1º desta lei, o estabelecimento pelo art. 43, § 1º, item II, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.  
À Diretoria Legislativa.

#### MENSAGEM N. 223/85

Curitiba, 02 de dezembro de 1985.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n.6361, de 21 de dezembro de 1972, que versa sobre a Taxa de Saúde, instituída pela Lei n. 5511, de 10 de fevereiro de 1967.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, melhor definindo os fatos geradores da Taxa de Saúde, atualizando seus valores e adotando novo critério de cálculo com base na "Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPFPR", virá ensejar mais recursos para a aplicação específica na área da Saúde Pública.

Face disposições da Lei n. 6361/72, parte do produto da arrecadação da taxa de saúde deverá ser carregada ao Fundo especial de Reequipamento Médico Sanitário - FUNRESAN, cuja finalidade é prover recursos para reequipamento, material e realização de outras despesas de capital necessárias aos serviços de saúde pública no Estado do Paraná.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI 326/85

Art. 1º - A Tabela integrante da Lei n. 6361, de 21 de dezembro de 1972, passa a vigorar na forma do Anexo desta Lei, sendo as taxas recolhidas através de guias - GR, com os valores encontrados na aplicação dos novos percentuais incidentes

sobre a Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPFPR).

Art. 2.º - A falta de pagamento da Taxa de Saúde, assim como o seu pagamento insuficiente acarretará a aplicação da multa de 100% (cem por cento) sobre o valor da Taxa, observadas as seguintes reduções:

I - 60% (sessenta por cento) do seu valor quando o pagamento do Crédito Tributário ocorrer até 30 dias a contar da notificação do lançamento;

II - 40% (quarenta por cento) do seu valor quando o pagamento do Crédito Tributário ocorrer até sessenta dias a contar da notificação do lançamento.

§ 1.º - Incidirá a correção monetária sobre os Créditos Tributários, observados os coeficientes oficiais, tendo-se por termo inicial o mês seguinte ao que ocorrer a infração.

§ 2.º - Em caso de não pagamento no âmbito administrativo, os créditos tributários correspondentes serão inscritos em Dívida Ativa do Estado e sua cobrança judicial será processada pela Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

#### ANEXO

FATO GERADOR % SOBRE UPFPR

#### HABITE-SE PARA RESIDÊNCIAS

|   |        |
|---|--------|
| Residências de madeira com menos de 65m <sup>2</sup> de área construída   | isento |
| Residências de alvenaria com menos de 65m <sup>2</sup> de área construída | 10     |
| Residência de 65 a 99m <sup>2</sup> de área construída                    | 20     |
| Residências de 100 a 199m <sup>2</sup> de área construída                 | 40     |
| Residências de 200 a 300m <sup>2</sup> de área construída                 | 60     |

Residências a partir de 300m<sup>2</sup> de área construída será cobrado de 60% da U.F.P. mais 20% para cada 100m<sup>2</sup> de área construída que exceda os 300m<sup>2</sup>.

OBS: Prédios de apartamentos e conjuntos residenciais, o cálculo da cobrança será por unidade, residência, obedecendo o critério de metragem da área construída e os respectivos percentuais.

#### LICENÇA SANITÁRIA A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO:

|  |    |
|--|----|
| Até 50 m <sup>2</sup> de área construída       | 10 |
| De 50 a 99 m <sup>2</sup> de área construída   | 20 |
| De 100 a 200 m <sup>2</sup> de área construída | 40 |

A partir de 200 m<sup>2</sup> de área construída será cobrado 40% da U.F.P., mais 2% para cada 100 m<sup>2</sup> de área construída.

Mais de 10.000 m<sup>2</sup> de área construída 300

Estabelecimentos com mais de um piso, será cobrada a taxa por piso, obedecendo o critério de metragem por área construída.

FATO GERADOR % sobre UPFPR

#### APROVAÇÃO DE PLANTAS PARA CONSTRUÇÃO DE ESTABELECIMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

|  |    |
|--|----|
| Consultório e pronto-socorro                   | 10 |
| Hospitais: menos de 50 leitos                  | 15 |
| de 50 a 99 leitos                              | 20 |
| de 100 a 199 leitos                            | 25 |
| de 200 ou mais leitos                          | 30 |
| Inscrição de exame de habilitação profissional | 25 |

#### REGISTRO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

|  |     |
|--|-----|
| Registro de diplomas   | 20  |
| Registro de Certificados   | 10  |
| Expedição de certidões de assuntos especializados e de apostilas em documentos de habilitação profissional.  | 5   |
| Concessão licença de baixa renda ou de alterações contratuais que incidam sobre a responsabilidade técnica, a propriedade e a localização do estabelecimento profissional. | 15  |
| Autorização anual para estocagem de entorpecentes e psicotrópicos  | 10  |
| Expedição de guias de requisição de medicamentos   | 3   |
| Termo de abertura, encerramento e transferência de livros  | 5   |
| Guia de tráfego de medicamentos  |     |
| Perícias alfandegárias   |     |
| Concessões ou renovações anuais de outras licenças não discriminadas   |     |
| Análises bromatológicas prévias  | 100 |

Exames a requerimento do interessado de aparelho utensílios e vasilhames destinados ao preparo, fabrico e conservação ou acondicionamento de alimentos

100

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM 225/85

Curitiba, 03 de dezembro de 1985.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para que submeta a essa Casa, anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a emitir Títulos da Dívida Pública para dotar o Estado de um novo mecanismo de captação de poupança destinado a incentivar a economia paranaense.

Para justificar o envio deste documento legal, gostaria de expor as razões que nos levaram a fazê-lo.

O País, Senhor Presidente, ainda sente os efeitos da pior crise de sua história moderna. As taxas negativas de crescimento, que só agora começam a ser revertidas; a colossal dívida externa; uma não menos volumosa dívida interna; a existência de uma massa de desempregados, especialmente nos grandes centros urbanos; o estado de miséria de uma grande parcela da população brasileira; são todos fatos sobejante conhecidos.

O Paraná, nesse contexto, não poderia ser uma exceção. Sua economia, como a dos demais Estados, foi corroída pela recessão e a mudança desse status exige uma ação enérgica e consciente de toda a sociedade paranaense sob a liderança de seu Governo.

Os primeiros anos desta década, de acordo com os levantamentos realizados, mostram que a economia brasileira e, por extensão, a paranaense - sofreu um retrocesso que comprometeu até a sua própria capacidade de alavancagem.

Um dado inquietante dessa situação no Paraná é o desempenho da arrecadação do ICM - o principal tributo a nível de Estado o que indica uma sensível queda nos negócios. Em que pese as medidas adotadas pelo Governo para regularizar a arrecadação tributária e a boa performance da receita nos últimos meses, o ICM, analisado numa série histórica, não vem apresentando crescimentos reais significativos. Em 10 anos, desde 1975, foi de pouco mais de 7%. Isso é resultado da recessão.

Pode-se perfeitamente aquilatar os efeitos negativos que essa realidade traz para a máquina do Estado. A cada exercício torna-se mais difícil obter recursos para investimentos, ficando o Estado mais dependente das transferências federais e de empréstimos.

Do ponto de vista orçamentário, ainda há equilíbrio e o Paraná talvez seja uma das raras exceções no Brasil. Mas a tendência não é animadora e há somente um meio de revertê-la: aumentar a produção e o nível de negócios.

Não têm sido medidos esforços para apoiar o sistema produtivo. Até onde pode atuar, o Governo do Paraná vem cumprindo a sua parcela de responsabilidade.

As raízes históricas e o desenvolvimento recente do País, fixaram um papel muito particular para o Estado, especialmente no que diz respeito a atividades econômicas.

A industrialização tardia e a inexistência de capitais em mãos privadas impuseram ao Governo a tarefa de induzir e financiar o nascimento, expansão e manutenção do parque produtivo.

O Paraná não se afastou dessa realidade. Aqui o Governo ajudou a criar um apreciável parque industrial. Quando a recessão se abateu sobre o País, o Governo Estadual procurou, com os meios de que dispunha, consolidar este parque e, sobretudo, manter as empresas em operação para evitar o desemprego.

Todas as ações, no entanto, não são suficientes para que a economia paranaense possa acompanhar a retomada do desenvolvimento brasileiro, cujos primeiros sinais aparecem nos índices da produção industrial e nas previsões de um crescimento de 5 a 6% para o PIB no corrente ano.

Esse processo deverá, num primeiro momento, absorver a capacidade ociosa existente na nossa indústria e, em seguida ou concomitantemente, introduzir inovações tecnológicas para manter e ampliar o poder de competição, tanto no mercado interno como no externo.

O Governo do Paraná tem, pois, um importante papel a desempenhar neste momento: o de induzir o desenvolvimento econômico em nosso Estado, que deve ser encarado fundamentalmente como meio de promover o bem-estar social e melhorar as condições de vida dos paranaenses. Em verdade, a nossa capacidade de impulsionar um processo de natureza ampla é muito restrita. A legislação impõe limites muito drásticos. Espera-se uma reforma tributária que permita uma autêntica autonomia dos Estados. Ao lado dela, faz-se necessário, igualmente, descentralizar a manipulação da poupança, tanto da institucional como da voluntária, hoje ainda quase que exclusivamente nas mãos de agências federais.

Enquanto essas providências não se concretizam, o Governo não pode furtar-se ao dever de apoiar o nosso desenvolvimento com os recursos e com os instrumentos de que dispõe.

Para o Estado não há muitas saídas.

Uma delas é o seu Orçamento, cuja receita tem sido negativamente influenciada pela recessão e pela falta de autonomia fiscal. A margem de manobra dos Estados, de um modo geral, está esgotada. Raras são as unidades da federação que, como o Paraná, têm uma Lei de Meios equilibrada.

O poder de endividamento, igualmente, inexistente na maioria dos Estados. No Paraná, felizmente, a dívida pública situa-se em níveis inferiores aos limites possíveis e seu perfil é bom em termos de custo e prazo. Há, pois, uma margem de manobra que deve ser explorada com parcimônia e inteligência, de forma a não comprometer o Tesouro em sua capacidade de sustentar os serviços públicos. O mecanismo idealizado no presente anteprojeto de lei não só atende a essa preocupação, como dará ao Governo condições de iniciar uma reversão na tendência de estabilização da arrecadação tributária.

O lançamento dos Títulos da Dívida Pública, com efeito, constitui-se em novo mecanismo destinado a captar a poupança interna estadual, impedindo seu vazamento para outros Estados. Além disso, o Paraná será pioneiro na utilização desse mecanismo com os rins propostos. Enquanto o Governo Federal e outros Estados o utilizam para a cobertura de seus "déficits", o Paraná o fará no financiamento de seu parque produtivo.

Embora contabilmente aumente a dívida do Estado, na prática, a emissão dos títulos não o fará. Isto porque será um empréstimo às instituições financeiras do Estado, que posteriormente retornará ao Tesouro, acrescido de todos os encargos decorrentes da emissão.

Por razões técnicas, o Governo achou por bem utilizar o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE, que pertence ao Tesouro, como o veículo mais adequado para repassar os recursos e, também, como forma de garantir o seu retorno.

Para aprofundar a boa aplicação dos recursos e dentro do espírito democrático que preside nosso Governo, prevê o anteprojeto, a criação, no âmbito da Secretaria de Finanças, de uma Comissão Política Financeira, da qual participarão representantes do Governo, dos empresários e dos trabalhadores, que opinarão sobre cada um dos programas e projetos a serem beneficiados com os recursos em foco.

Os objetivos mais relevantes que o Governo visa com a proposta que ora faz, são, em síntese, os seguintes:

geração de mais empregos, repondo aqueles que a recessão eliminou e criando novos, para os contingentes que a cada ano ingressam na força do trabalho;

ampliação da geração de tributos para aumentar a capacidade de investimentos do

próprio Governo em projetos de cunho social;

reversão da tendência da receita do I.C.M. que vem se mostrando inelástica;

utilização da capacidade ociosa do setor industrial, atualizando sua tecnologia e tornando-o mais competitivo;

consolidação do parque industrial existente;

aproveitamento do potencial de crescimento ainda existente no setor agropecuário; e

integração das atividades produtivas.

Os recursos obtidos através do lançamento dos Títulos da Dívida Pública terão sua aplicação expressa na lei proposta: servirão para estimular as atividades econômicas através do financiamento do setor privado.

De acordo com o programa que estabeleceremos, deverão ser atendidos, em princípio, todos os setores e atividades produtivas privadas, desde que contemplem as seguintes condicionantes básicas, isolada ou concomitantemente:

acréscimo na geração de ICM, diretamente, por efeito de faturamento, ou indiretamente, através de compras efetuadas no Estado;

aumento de empregos;

demandas de bens e serviços produzidos no Paraná;

promoção de avanços tecnológicos;

aumento de produção e produtividade;

obtenção de resultados de curto prazo no desempenho da economia e na descompressão das tensões sociais.

As prioridades, desde que atenciam as condições listadas, serão apresentadas pelos agentes financeiros, cabendo à Comissão que for instituída para esse fim o seu enquadramento.

Tenho a certeza, Senhor Presidente, que o lançamento dos Títulos da Dívida Pública, tal como se propõe, haverá de ser um importante indutor da economia paranaense. Este é o propósito pelo qual venho a essa Augusta Casa propor e encarecer a aprovação do presente anteprojeto de lei.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA

Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI 327/85

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria

ria de Estado das Finanças, obedecida a Legislação Federal que rege a matéria, e as condições estabelecidas por esta Lei.

Art.2.º - Os Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná referidos no artigo anterior são:

a) Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - tipo Reajustável - ORTEPR. e

b) Letras do Tesouro do Estado do Paraná - LTEPR.

Parágrafo Único - Os títulos referidos neste artigo serão escriturais, ao portador ou nominativo - endossáveis.

Art.3.º - O produto da colocação dos Títulos da Dívida Pública do Estado do Paraná será exclusivamente alocado ao fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, instituído pela Lei Estadual n. 5.515, de 15.02.67, e utilizado em financiamentos, por empréstimos, ao setor produtivo privado do Estado.

§ 1.º - Os recursos previstos nesta Lei serão emprestados exclusivamente às empresas localizadas no Paraná, através das instituições do Sistema Financeiro Oficial do Estado.

§ 2.º - Os programas de financiamento que trata este artigo serão apreciados por Comissão, presidida pelo Secretário de Estado das Finanças e integrada por representante do Governo do Estado e de entidades de classe indicados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CEDES.

Art.4.º - As obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - tipo Reajustável - ORTEPAR., serão emitidas observadas as condições seguintes:

I- Prazo mínimo de 1 (um) ano;

II- valor nominal unitário igual ao valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, atualizado de acordo com os índices adotados para a correção das mesmas;

III- juros calculados sobre o valor nominal atualizados;

IV- as taxas de juros e os prazos das Obrigações a serem emitidas, bem como as demais condições de colocação, serão fixadas na forma que dispuser a regulamentação desta Lei.

Art.5.º - O montante de cada emissão das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná - tipo Reajustável - ORTEPR., será fixado por decreto do Chefe do Executivo, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

Art.6.º - Poderão ser fixadas condições de opção aos possuidores de ORTEPR, quando dos respectivos resgates, pela aplicação total ou parcial do produto da liquidação - valor de resgate acrescido dos juros - na subscrição de novas obrigações.

Art. 7.º - As Letras do Tesouro do Es-

tado do Paraná - LTEPR, serão emitidas e colocadas no mercado para atendimento das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.

Parágrafo Único - As Letras a que se refere este artigo, serão emitidas com prazo máximo de um (1) ano, mencionarão as datas de emissão, vencimento e remuneração.

Art.8.º - A emissão e a colocação de Letras do Tesouro do Estado do Paraná obedecerão ao limite previsto no "caput" do artigo 37 da Constituição do Estado, conforme proposta do Secretário de Estado das Finanças aprovada pelo Chefe do Poder Executivo.

Art.9.º - O resgate das Letras e das Obrigações do Tesouro do Estado do Paraná far-se-á, automaticamente, na data dos respectivos vencimentos, mediante sua apresentação à instituição financeira credenciada pelo Poder Executivo, conforme o disposto no art. 10.

Art.10 - O Poder Executivo poderá, por intermédio da Secretaria de Estado das Finanças, celebrar convênios, ajustes ou contratos com Banco do Estado do Paraná S.A., e/ou com o Banco do Brasil S.A., de acordo com a legislação que regula o Sistema Financeiro Nacional e o Mercado de Capitais, segundo instruções baixadas pelo Conselho Monetário Nacional, visando à emissão, subdivisão, substituição, consolidação, conversão de certificados, pagamentos de juros e resgate dos Títulos da Dívida Pública Estadual.

§ 1.º - A coordenação, supervisão e controle dos serviços de que trata este artigo ficarão a cargo da Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º - O pagamento de juros e correção monetária incidentes sobre os títulos não poderá ser antecipado.

§ 3.º - Não haverá pagamento de juros e correção monetária relativos ao período posterior ao vencimento dos títulos.

Art.11- Para garantia da liquidez dos Títulos da Dívida Pública de que trata esta Lei, o Poder Executivo fica autorizado a instituir o Fundo de Liquidez da Dívida Pública.

§ 1.º - A administração do Fundo de Liquidez será exercida pela Secretaria de Estado das Finanças.

§ 2.º - O Fundo de Liquidez da Dívida Pública poderá ter suas operações lastreadas, exclusivamente, com títulos públicos federais, estaduais e/ou municipais.

Art.12 - Os Títulos da Dívida Pública Estadual poderão ser recebidos em caução, fiança, depósitos e garantias correlatas junto aos órgãos da Administração Estadual Direta e Indireta, executados os casos de exigência de garantia em dinheiro.

Art.13 - Os Títulos da Dívida Pública

Estadual, tendo em vista o disposto na legislação federal, são insuscetíveis de gravames de qualquer natureza que importem na obrigatoriedade de as repartições emitentes os seus agentes exercerem controle prévios especiais quanto à sua negociabilidade, ao pagamento de juros ou efetivação do resgate.

**Parágrafo Único** - Nos casos em que, por decisão judicial, forem cabíveis restrições de qualquer natureza com relação aos títulos referidos neste artigo, o juízo competente determinará o seu depósito em estabelecimento bancário sob controle do Estado, credenciando-o a representar os titulares respectivos e determinando o destino a ser dado às importâncias provenientes do recebimento de juros e resgate.

**Art.14** - Ficam criados na estrutura organizacional da Secretaria de Estado das Finanças:

a) 1 (um) cargo de provimento em comissão de Chefe de Coordenação, Símbolo DAS- 5; e

b) 3 (três) cargos de provimento em comissão, de Assessor Técnico, Símbolo 1-C.

**Parágrafo Único**- Os cargos criados por este artigo serão destinados à Coordenação de Títulos da Dívida Pública, órgão de execução programática, a ser organizado, por decreto, na estrutura da Secretaria de Estado das Finanças, que centralizará os serviços referentes ao contido na presente Lei.

**Art.15**- Os orçamentos anuais e plurianuais do Estado do Paraná deverão consignar as dotações necessárias a garantir o atendimento dos encargos decorrentes da presente Lei, especialmente à cobertura das despesas com juros, correção monetária, corretagens, comissões de serviços, taxa de administração do Fundo de Liquidez da Dívida Pública, e ainda o resgate dos títulos.

**Art.16** - Para repassar ao Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, os recursos oriundos da presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o limite de CR\$ 1.500.000.000.000 (Um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros) utilizando para sua cobertura o disposto no art.43, § 1º, inciso IV, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art.17**- A matéria contida nesta Lei será regulamentada por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art.18** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 7.673, de 26 de novembro de 1982, e demais disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia, por três sessões, do Projeto de Lei n. 237/85.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do cidadão Antonio Roque Mortari, Tonico, ocorrido em Londrina.

O extinto era um dos pioneiros de Londrina, onde dedicou sua vida a um honrado trabalho.

Homem simples, inteligente, dedicou sua vida a praticar o bem ao próximo.

Sua morte causou grande tristeza e dor aos familiares e milhares de amigos que tiveram o privilégio de sua convivência.

Era uma extraordinária criatura humana, dotado de um coração muito generoso.

Por isso, a homenagem que esta Casa de Leis deve consignar, para que a história registre a vida de um grande homem como Antonio Roque Mortari.

Que a família enlutada seja comunicada desta decisão, à Rua Rio Grande do Sul, 155, em Londrina.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985

(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após anuência do Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do cidadão Issa Jabur, ocorrido em Porecatú.

O extinto era figura muito estimada não só em Porecatú, mas em diversas cidades do Norte do Paraná.

Sua morte causou grande tristeza e dor aos familiares e amigos que tiveram o privilégio de sua convivência ao longo de sua vida.

Homem simples, inteligente, sempre teve um coração generoso, tendo ajudado muita gente que recorreu ao seu auxílio. Jamais fez o mal.

Foi uma perda de um bom, generoso, uma grande criatura humana.

Por isso, a homenagem que esta Casa de Leis deve prestar a render à figura extraordinária de Issa Jabur.

Que esta homenagem seja comunicada aos familiares, através dos irmãos José Jabur, Prefeito de Porecatú; e Nassib Jabur.



presidente da Loteria do Estado do Paraná,  
com sede nesta Capital.  
Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985  
(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER, após ouvido o Plenário, a consa-  
gração na ata dos trabalhos da presente  
sessão, de um voto de profundo pesar pelo  
falecimento da Senhora Maria Rita Ferreira  
Bueno, ocorrido em Pouco Alegre, Município  
de Jardim Alegre.

A extinta esposa do Senhor Sérgio Fer-  
reira Bueno, deixa 5 filho, e grande lacu-  
na na sociedade local, onde desfrutava de  
estima e consideração, face aos dotes mo-  
rais que sempre a orientaram como esposa e  
mãe e integrante de uma família que sempre  
contribui para o desenvolvimento de Pouso  
Alegre.

Requer, outrossim, que do pronuncia-  
mento desta Casa se dê ciência à família  
enlutada, na pessoa de seu filho Claiton  
Bueno.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985  
(a) GILBERTO CARVALHO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
após apreciação e anuência do Plenário,  
REQUER, seja inserido na Ata dos trabalhos  
de hoje, um voto de profundo pesar pelo  
falecimento do Senhor JOSÉ LINHARES, ocor-  
rido na cidade de Pato Branco, sendo seu  
corpo transladado para a cidade de Antonina,  
onde foi sepultado.

O extinto era esposo da Senhora Maria  
Linhares, tradicional família capelista e  
funcionário público estadual, pessoa muito  
benquista naquela cidade.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o  
presente, dê-se ciência da decisão desta  
Casa à família enlutada, na pessoa de sua  
irmã Nair Linhares, residente à Rua Mestre  
Adriano, 330 na cidade de Antonina.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985  
(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,  
no uso de suas atribuições regimentais,  
REQUER após ouvido o douto Plenário, seja  
consignado na ata dos trabalhos desta Ca-  
sa, no dia de hoje, um voto de congratula-  
ções ao Professor José Carlos Rohn, eleito  
por expressiva votação Diretor da Fundação  
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras  
de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 1985

#### JUSTIFICATIVA:

A eleição do Professor José Carlos  
Rohn, par o cargo de Diretor da Funfafi,  
foi indubitavelmente uma demonstração ine-  
quívoca de plena democracia, na qual alu-  
nos e professores escolheram com total li-  
berdade aquele que nos próximos 4 anos irá  
dirigir os destinos da Fundação Faculdade  
de Filosofia, Ciências e Letras de Parana-  
guá.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no  
uso de suas atribuições regimentais, RE-  
QUER, ouvido o Plenário, seja consignado  
um voto de congratulações à 1.ª Igreja do  
Evangelho Quadrangular de Curitiba pelo  
transcurso, no dia de ontem, do seu 30.  
aniversário.

A referida igreja, liderada pelo con-  
sagrado Reverendíssimo Eduardo Zdrojewski,  
tem se notabilizado pelo excelente traba-  
lho em prol da elevação espiritual da nos-  
sa gente.

Outrossim, aprovado este requerimento,  
dê-se ciência da decisão da Casa à referi-  
da organização religiosa.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no  
uso de suas atribuições regimentais, RE-  
QUER, ouvido o Plenário, seja consignado  
na ata da presente sessão, um voto de con-  
gratulações ao Pastor Cláudio Chagas Belz,  
líder da mocidade da Igreja Adventista do  
Sétimo Dia - exemplo de operosidade e de-  
dicação - pelo 25. aniversário de ativi-  
dade junto aos jovens dessa Comunidade.

O ilustre ministro do evangelho come-  
çou suas lides como diretor do Instituto  
Petropolitano Adventista de Ensino, pas-  
sando logo após a assumir a liderança ge-  
ral da juventude adventista de vários Es-  
tados e ultimamente da Divisão Sul Ameri-  
cana, quando teve oportunidade de prestar  
seus préstimos a toda América Latina.

Atualmente, temos a honra de contar  
com sua participação como Diretor do De-  
partamento de Jovens da União Sul Brasi-  
leira.

A dignidade e o exemplo do Pastor  
Beltz têm sido um constante incentivo à  
tomada de direção de inúmeros jovens.

Outrossim, aprovado este requerimento,  
dê-se ciência da decisão da Casa ao pastor  
homenageado, à União Sul Brasileira e à  
Casa Publicadora Brasileira.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) EZEQUIAS LOSSO



## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma COMISSÃO ESPECIAL, destinada a estudar, em todos os seus aspectos e implicações, os problemas relativos ao carvão mineral no Paraná, remetendo-se, posteriormente, os subsídios colhidos às autoridades federais e estaduais, bem como aos integrantes da Bancada paranaense no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) IVAN GUBERT

## JUSTIFICATIVA:

A definição de uma política nacional para o carvão mineral vem sendo reclamada há muito tempo, especialmente depois que eclodiu, com toda a força, a crise do petróleo. Até hoje, porém, não se conseguiu sensibilizar as autoridades responsáveis, que continuam indiferentes e alheias ao problema.

Ressalte-se que pouco antes de 1970, foi extinto o antigo Plano do Carvão Nacional, órgão que congregava representantes dos Estados produtores. Nenhum outro foi criado para substituí-lo, ficando, desde então, esse importante setor da economia entregue à própria sorte, não obstante se saiba que as reservas brasileiras de carvão mineral cheguem a 22 bilhões de toneladas.

Ao lado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o Paraná figura entre os Estados que dispõe das maiores reservas desse mineral, de inegável importância estratégica na hora presente. Mas, tais reservas continuam inexploradas, ou subexploradas, em decorrência, justamente, da falta de uma política de apoio e incentivo ao setor.

No final de 1984, os Governadores dos três Estados sulinos, como integrantes do CODESUL, chegaram a assinar documento preconizando a criação de uma entidade específica para cuidar do carvão mineral, não se tendo, porém, conhecimento de qualquer resultado prático, até agora.

Enquanto isso, nossa produção de carvão entra em processo recessivo, situação essa que se faz sentir de maneira especial no Município de Reserva, cuja potencialidade nem de longe vem sendo explorada.

Impõem-se, conseqüentemente, a adoção de uma política de apoio e incentivo ao carvão mineral, mediante a fixação de uma estratégia de efetivo aproveitamento dessa importante fonte energética nacional. Daí, a necessidade de se estudar a fundo a problemática do carvão, com vistas, principalmente, a uma tomada de posição conjunta, com os Estados de Santa Catarina e

Rio Grande do Sul, onde já se vem dando ao assunto uma atenção mais efetiva.

Importa salientar que a falta de uma política que contemple o carvão mineral com a mesma intensidade daquela que beneficiou, por exemplo, o álcool, sem excluir os benefícios concedidos ainda a outros setores, me parece ser o entrave maior a ser superado. E uma política beneficiando o carvão deve alicerçar-se em aspectos fundamentais como a pesquisa, o beneficiamento, a comercialização, e, até mesmo, o transporte. A conjunção desses fatores é de suma importância para que se chegue a resultados realmente positivos, sem se ralar da necessidade da busca de um relacionamento estreito com os demais Estados produtores.

Para tanto, a criação de uma Comissão Especial, em nossa Assembléia Legislativa, me parece de fundamental importância para o início de um trabalho que identifique não só as potencialidades no Paraná, no setor, mas que também indique os caminhos a serem seguidos. E isso se dará mediante o contacto dos Senhores Deputados com todos os setores ligados ao carvão mineral, a promoção de debates e a procura de rumos que possam nos levar a superação das atuais dificuldades.

Segundo o meu entendimento, o Legislativo paranaense não pode ficar alheio à problemática do carvão, principalmente se considerar que em Santa Catarina e Rio Grande do Sul as respectivas Assembléias já vêm se dedicando ao estudo da questão, de forma sistemática e criteriosa.

Daí a razão da minha proposição, certo de que também nós poderemos, no correr do próximo ano, voltar nossas atenções para esse importante setor e, ao final, oferecer conclusões que ajudem, de fato, na formulação de uma nova política para a exploração do carvão paranaense e nacional.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de veemente apelo ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura, a fim de que o mesmo interceda junto ao Programa de Garantia à Atividade Agropecuária (PROAGRO) e ao Banco Central do Brasil, no sentido de, com a máxima urgência, autorizem a prorrogação dos prazos das dívidas de investimentos dos produtores rurais, atingidos pela recente estiagem em nosso Estado.

Tal apelo se faz tendo em vista que com a falta de chuvas na região, o agricultor, encontra-se em dificuldade para saldar seus compromissos, como também não têm recursos para o replantio.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) FUAD NACLI

em 1986.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado Telex à Sua Excelência o Senhor Ministro da Fazenda, Senhor Adilson Funaro, solicitando a revisão urgente do art. 5.º do projeto de lei que trata do pagamento do Imposto de Renda por Pessoas Físicas; no seu item 1.º quando aplica a Tabela aos emolumentos e custas dos Serventuários da Justiça.

Essa revisão deverá levar em consideração que as custas e emolumentos, que são percebidas pelos Serventuários da Justiça, representam a renda bruta, sendo que delas é que são retiradas as despesas tais como, alugueres, pagamentos de funcionários e outras destinadas aos serviços das serventias.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) GILBERTO CARVALHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, indagando se foi incluída, na Programação de Obras daquela Pasta, para o ano de 1986, a construção do prédio da 18.ª Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), com sede na cidade de Nova Esperança.

Sala das Comissões, em 05/12/85.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

## JUSTIFICATIVA:

A população de Nova Esperança há muito vem reivindicando a construção de um prédio próprio para a sua CIRETRAN, uma vez que o atual é alugado e não atende, de forma alguma, às exigências do serviço.

É de se ressaltar, aliás, que o movimento e o volume de pessoas e de papéis na 18.ª CIRETRAN é dos maiores, estendendo-se seu atendimento a mais de uma dezena de municípios da região.

Além disso, as atuais instalações não oferecem reais condições de segurança, tão necessária, no caso, por estarem em jogo documentos da maior importância.

Sabe-se, outrossim, que ainda no início deste ano foi realizada concorrência pública para a construção do aludido prédio, não se tendo, porém, qualquer notícia segura quanto ao início da obra.

Dáí, nossa preocupação, que é também a de todos os municípios atendidos pela 18.ª CIRETRAN, em saber se a construção consta do programa a ser implementado pela SESP,

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo recursos para o pagamento do 13.º salário dos servidores da Municipalidade de Sertãoópolis.

O presente requerimento baseia-se na iniciativa do Excelentíssimo Senhor José Aparecido Rafaeli. Na condição de Prefeito daquela cidade, considera ele ser indispensável a participação financeira, por parte dessa Governadoria e Secretaria das Finanças, a fim de que sua Administração consiga saldar o pagamento do 13.º salário, assim como outros benefícios que são previstos.

Trata-se de uma justa postulação, visto que é por demais conhecida a real situação dos municípios brasileiros, atingidos pela excessiva e injusta concentração de tributos em poder da união.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido do envio de recursos para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Nova Cantu.

O presente requerimento baseia-se na iniciativa do Excelentíssimo Senhor Wal-mick Pereira. Na condição de Prefeito daquela cidade, considera ele ser indispensável a participação financeira, por parte dessa Governadoria e Secretaria de Estado das Finanças, a fim de que sua Administração consiga saldar o pagamento do 13.º salário, assim como outros benefícios.

Trata-se de uma justa postulação, visto que é por demais conhecida a real situação dos municípios brasileiros, atingidos sobejamente pela excessiva e injusta concentração de tributos em poder da União.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Moreira Sales.

Não há dúvida de que, efetivamente, a folha de pagamento da prefeitura Municipal de Moreira Sales representa grande fatia do orçamento público. Entretanto e justamente por isto, conforme afirma o Excelentíssimo Senhor Aldenizio dos Santos Maia, Chefe do Executivo local, por vezes os recursos apresentam-se insuficientes.

Por isto, face ao exposto, espera-se, num menor espaço de tempo possível, a liberação dos recursos que se fizerem necessários para Moreira Sales, assegurando o cumprimento das referidas obrigações trabalhistas.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, para que sejam liberados recursos financeiros visando auxiliar no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público da Municipalidade de Mariluz.

Joaquim Lopes Gutierrez, Digníssimo Prefeito Municipal de Mariluz, afirma ser indispensável que a Administração receba verbas, a fim de permitir o pagamento do 13.º salário, além de outros benefícios, visto que não se dispõe de dotação que permita efetivamente cumprir tais obrigações trabalhistas.

Assim sendo, o presente expediente visa que essa Governadoria e Secretaria das Finanças atenda a pretendida e justa iniciativa.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no intuito da liberação de verbas para auxiliar no pagamento do 13.º salário aos funcioná-

rios da Municipalidade de Mamborê.

Tendo em vista o término do ano que aproxima-se, no seu bojo iniciam-se preocupações com relação ao pagamento do 13.º salário, bem como no que tange a outros benefícios. Conforme afirma o Excelentíssimo Senhor Ivo Brunetta, Chefe do Executivo daquela cidade, é, sem nenhuma dúvida, indispensável que o Governo e essa Secretaria de Estado, determinem a liberação de verbas, a fim de que os objetivos sejam cumpridos com relação aos servidores mamborenses.

Face ao exposto, espera-se um pronunciamento condizente com os interesses e expectativas do Poder Público de Mamborê.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarregando a destinação de recursos de ordem financeira a serem aplicados na construção de pelo menos duas unidades para exposição permanente no Parque de Exposição, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Mesmo atualmente contando com uma série de benfeitorias, o local onde se realizavam feiras agropecuárias precisa contar com a implantação de novas estruturas, no que tange a permitir a exposição permanente, através de unidades apropriadas, de produtos artesanais, bem como de animais de pequeno porte, uma vez que o referido Parque não deve servir apenas e tão somente para a EXPOCAMPO, mas para outros eventos.

Neste sentido, visando concretizar a presente iniciativa, que aliás baseia-se na reivindicação formulada pelo Ilustríssimo Senhor Chefe do Núcleo Regional da SEAG, Nery José Thomé, que essa secretaria de Estado da Agricultura, mediante disposição de recursos, libere verbas para o que se refere o presente Expediente.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças para o pagamento do 13.º salário dos funcionários da municipalidade de Roncador.

A folha de pagamento destinada a atender o setor funcional da Prefeitura de Roncador é responsável por grande parte dos recursos que compreendem sua dotação orçamentária. Justamente por essa razão, ante o término do ano que se apresenta, os compromissos para com os servidores municipais aumentam, o melhor são dobrados, tendo em vista o 13.º salário e outras obrigações.

Neste sentido, por tratar-se de uma justa preocupação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Augusto Becher, espera-se que o Governo e Secretaria das Finanças determinem o auxílio que se fizer necessário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças encarecendo auxílio financeiro para pagar aos servidores públicos, quanto ao 13.º salário, da Municipalidade de Quinta do Sol.

O apelo neste sentido é feito pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Solange Marques. Segundo o Chefe do Executivo, é de vital importância a liberação de recursos, a fim de assegurar o pagamento do 13.º salário ao conjunto dos servidores de Quinta do Sol.

Deste modo, é de se esperar que essa Governadoria e Secretaria das Finanças canalizem os recursos que forem efetivamente necessários, visto tratar-se de uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado das Finanças, objetivando a liberação de recursos para o pagamento do 13.º salário ao conjunto dos servidores públicos da Municipalidade de Peabiru.

O Excelentíssimo Senhor Nelson Proença, que é Prefeito de Peabiru, afirma que a dotação orçamentária da Administração local apresenta-se insuficiente no sentido do pagamento do 13.º salário, bem como outros benefícios aos servidores.

Não há dúvida tratar-se de uma justa solicitação. Pois são muito conhecidas as verdadeiras dificuldades por que passam as municipalidades brasileiras, face a ausência

de uma melhor condição tributária.

Face ao exposto, aguarda-se por parte dessa Governadoria e Secretaria de Estado das Finanças, a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido de auxiliar no pagamento do 13.º salário aos servidores da Municipalidade de Ubiratã.

O apelo neste sentido é feito pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Raimundo Soares do Nascimento. Segundo o Chefe do Executivo, é de vital importância a liberação de recursos, a fim de assegurar o pagamento do 13.º salário aos servidores de Ubiratã.

Deste modo, é de se esperar que essa Governadoria e Secretaria das Finanças canalizem os recursos que forem efetivamente necessários, visto tratar-se de uma justa reivindicação.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, no sentido da liberação de recursos para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Terra Boa.

O Excelentíssimo Senhor Elso Garcia Segura, que é Prefeito de Terra Boa, afirma que a dotação orçamentária da Administração Pública local apresenta-se insuficiente no sentido do pagamento do 13.º salário, bem como outros benefícios ao conjunto dos servidores.

Não há dúvida tratar-se de uma justa solicitação. Pois são muito conhecidas as verdadeiras dificuldades por que passam as municipalidades brasileiras, face a ausência de uma melhor condição tributária.

Diante do exposto, aguarda-se, por parte dessa Governadoria e Secretaria das Finanças, a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento do 13.º salário aos servidores públicos da Municipalidade de Juranda.

O pedido é feito pelo Excelentíssimo Senhor Diemes Amadei. Prereito Municipal daquela cidade, ele afirma ser de vital importância que o Governo do Estado e Secretaria das Finanças determinem o apoio que se fizer necessário com relação ao pagamento do 13.º salário ao conjunto dos servidores públicos da Administração Jurandense.

Deste modo, por tratar-se de uma justa solicitação, pois visa garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, espera-se um pronunciamento favorável sobre a questão.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças no sentido da liberação de recursos orçamentários para auxiliar no pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público da Municipalidade de Janiópolis.

Diante da insuficiência de recursos, a Administração Municipal de Janiópolis, conforme destaca o Excelentíssimo Senhor Neurides Valber Brero, Prefeito daquela cidade, mesmo diante dos esforços para contenção e racionalidade das despesas empreendidas, face a difícil situação por que passa a maioria absoluta dos municípios, a dotação orçamentária não é suficiente. Tal situação verifica-se no momento em que a Prefeitura terá que cumprir suas obrigações trabalhistas, principalmente o pagamento do 13.º salário, cujos recursos representam uma importância que onerará muito os cofres públicos.

Por estas razões, que essa Governadoria e Secretaria de Estado das Finanças possibilitem a destinação e verbas que permitam auxiliar efetivamente o Poder Público Municipal de Janiópolis.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BRADESCO - Banco Brasileiro de Desconto e ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Fundação Top Clube BRADESCO, no sentido de que seja estudada a real possibilidade em implantar uma escola mantida por essa instituição bancária, na Municipalidade de Campo Mourão.

Os estabelecimentos educacionais espalhados em vários pontos do Brasil, mantidos pela Fundação Bradesco, notadamente os que objetivam a formação a nível profissionalizante, têm nos dias de hoje significado importantes avanços no sentido da qualificação e especialização de muitos jovens brasileiros, representando, sobretudo, uma realização de inquestionável alcance social.

Deste modo, o presente requerimento tem a finalidade especial de que essa Fundação estude a real possibilidade de implantar uma de suas escolas em Campo Mourão.

Fora de qualquer dúvida, Campo Mourão, situado numa região extremamente privilegiada, no Centro-Oeste do Estado, representa uma das maiores contribuições no processo desenvolvimentista paranaense, principalmente relacionadas às atividades agrícolas. Sua economia tem permitido que inclusive a agência do BRADESCO lá existente seja uma das maiores em movimentação e arrecadação de recursos financeiros, justificando a importância do Município.

Por estas razões, fundamentando-se na iniciativa notável da Ilustríssima Senhora Dirce Wanderbrook, Chefe do Núcleo Regional de Ensino, que ressalta que, mesmo contando com vários cursos profissionalizantes, Campo Mourão necessita de novas opções, tais como curso de processamento de dados, enfermagem e eletricidade; espera-se que essa Fundação estude uma forma de viabilizar a implantação de um estabelecimento de ensino profissionalizante naquela cidade, trazendo benefícios incontáveis também para a região.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

## REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer seja encaminhada solicitação oficial destinada à CLASPAR, através da Secretaria de Estado da Agricultura, encarecendo a agilização visando implantar uma Coordenadoria dessa Empresa na Municipalidade de Campo Mourão.

rão.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarecendo a agilização visando implantar uma Coordenadoria dessa Empresa na Municipalidade de Campo Mourão.

No ano de 1983, mais precisamente no dia 20 de setembro, o Deputado, abaixo subscrito, teve Expediente de sua iniciativa aprovado nesta Casa, oportunidade em que solicitava a implantação de uma Coordenadoria da CLASPAR para Campo Mourão, onde, já na época, eram apresentadas uma série de argumentos que bem justificavam tal proposição.

Decorrido todo este longo tempo, o único aspecto que verdadeiramente ocorreu é que vem sendo anunciada a implantação da citada Coordenadoria. No entanto só existem especulações.

Assim sendo, primeiramente não é demais lembrar que a região de Campo Mourão muito bem comporta, mais inclusive de que muitas outras cidades que já possuem coordenadoria, a elevação do seu escritório, quanto ao seu nível de atuação, visto que o Centro-Oeste do Estado, sem nenhuma dúvida, é há muito tempo um dos grandes produtores agrícolas, assim como de sementes selecionadas.

Certo de que, conforme apelo do Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, que é Chere do Núcleo Regional da SEAG, é de vital importância agilizar a referida implantação da Coordenadoria, aguarda-se, eretivamente, o encaminhamento de medidas que possibilitem pôr em prática o que alude o presente Requerimento.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da doação de um ônibus para o transporte dos estudantes do Colégio Agrícola localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Situado a aproximadamente sete quilômetros da cidade, o Colégio Agrícola de Campo Mourão, face justamente a sua localização, representa uma dificuldade para os alunos que moram no perímetro urbano, pois os mesmos são obrigados a desembolsarem somas consideráveis para o pagamento do transporte que utilizam.

Aliando-se a outras despesas, o transporte representa grandes gastos. Baseando-se em iniciativa do Ilustríssimo Senhor Tito Gerônimo A. Serrano, Professor e responsável pela Direção do referido estabelecimento de 2.º Grau, o presente requerimento tem a finalidade especial de solicitar que essa FUNDEPAR, juntamente com essa Secretaria de Estado da Educação, estudem uma forma de doar um ônibus para o Colégio, contribuindo decisivamente para melhorar as condições de transportes, em termos de custos, dos alunos e professores, além de funcionários.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Ilustríssimo Senhor Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografias e Florestas, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, objetivando o reequipamento para os trabalhos desse Instituto, localizado na Municipalidade de Campo Mourão.

Decorre um bom tempo que o escritório do ITCF de Campo Mourão, que tem também a finalidade de prestar atendimento a outros vários municípios da região, não recebe equipamentos novos, portanto mais modernos, para o efetivo combate, através de fiscalização, as ações que desrespeitam o meio-ambiente de um modo geral.

Face à exposição dos fatos aqui apresentados, aguarda-se desse Instituto e Secretaria de Estado da Agricultura, o encaminhamento de medidas que assegurem a concretização da presente proposta.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, no intuito de que seja aumentada a fiscalização

ção, quanto à venda de leite e seus derivados, na Municipalidade de Campo Mourão.

A denúncia é feita pelo Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé. Segundo este Engenheiro Agrônomo, tem crescido muito rapidamente o comércio de leite e vários de seus derivados (tais como leite, manteiga e queijo), sem que isto seja acompanhado de inspeções para avaliar as condições em que os mesmos são fabricados e comercializados.

A preocupação fundamenta-se no fato de que, sem quaisquer fiscalização, a comunidade mouraense consumidora está muito sujeita a contrair problemas com sua saúde, notadamente a brucelose.

Nesse sentido, é imprescindível que essa Secretaria de Estado da Agricultura estude uma forma de ampliar as condições em termos de fiscalização, a fim de garantir que os produtos só sejam consumidos pela população mediante uma rigorosa inspeção, mesma que tal procedimento implique em proibir pessoas em vender os citados produtos, pois, acima de tudo, deve-se respeitar os que honestamente têm os seus estabelecimentos (laticínios), cumprindo os dispositivos constitucionais e pagando os seus impostos; além de garantir a saúde dos mouraenses.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, encarrecendo subsídios para a aquisição de corretivo de solo, bem como para o combate a erosão na Municipalidade de Campo Mourão.

Mesmo diante dos esforços empreendidos pelo Governo Estadual, na atual gestão, muitas são as dificuldades no tocante a adoção de medidas que permitam concretamente o combate à erosão, à recuperação e preservação dos mananciais hídricos e das florestas.

Por vezes, tal preocupação nem sempre se traduz nos resultados esperados. Existem falhas que têm comprometido o trabalho no campo rural. Dentre estas, conforme destaca o Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, refere-se a real necessidade de se ter subsídios próprios para a aquisição e aplicação de corretivo na camada arável da terra. O Chefe do Núcleo Regional da SEAG adianta também ser importantíssima a destinação de verbas para o combate a erosão, a nível principalmente de pequenas propriedades.

Não há dúvidas de que as colocações feitas pelo Ilustríssimo Senhor Nery José Thomé, bem refletem a preocupação de se dar condições mais amplas para a preservação e uso adequado do solo; motivo pelo qual é apresentada esta solicitação, cujo teor bem serve de justificativa para que medidas sejam postas em prática, num menor prazo de tempo possível.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, visando a realização de estudos para a construção de uma estrada de ferro ligando a Municipalidade de Campo Mourão à Municipalidade de Guarapuava.

Situada no Centro-Oeste do Estado, numa região extremamente privilegiada, face às suas condições topográficas e o altíssimo teor fértil do solo, a região de Campo Mourão, compreendendo também dezenove outras cidades, destaca-se pela sua inegável participação na economia do Estado, através de sua produção agrícola, verdadeiro sustentáculo do processo desenvolvimentista.

Por estas razões, é indispensável que o progresso alcançado atualmente venha também acompanhado de condições que sejam capazes de permitir um crescimento ordenado e verdadeiramente voltado para o engrandecimento daquela parte do Paraná.

A construção de uma estrada de ferro ligando Campo Mourão a Guarapuava, trata-se, primeiramente, de uma antiga aspiração. Mesmo contando com uma série de rodovias, Campo Mourão precisa, mais do que uma aparente simples opção, uma alternativa, cujo meio ainda não existe, de transporte por linha férrea. Assim, conforme ressaltam os Ilustríssimos Senhores Dirceu Jacob e Eloy Maciel, responsável pelo escritório da secretaria de Estado da Agricultura; e proprietário de um Escritório de Contabilidade, respectivamente, naquela cidade, grande parte de toda a produção existente na região será escoada por trem, visto tratar-se de uma forma de baratear enormemente os custos no transporte, ante a reconhecida economia verificada no setor férreo.

Ademais, vale dizer que a construção de uma linha férrea até o Município de Guarapuava, além de ligar com aquela rica região dos Campos Gerais, permitirá que os produtos sigam em direção até Paranaguá,



município onde se situa o Porto de Exportação, via Ponta Grossa.

Portanto, o presente requerimento, baseado na solicitação daqueles mouraenses, que aliás refletem a intenção de inúmeros segmentos da coletividade, é no sentido de que, pelo menos esse Ministério dos Transportes, que tem, na pessoa do Titular da Pasta, Affonso Camargo Neto, homem sensível aos reais interesses paranaenses, desenvolva estudos quanto à viabilidade de implantar a rodoferrovia entre Campo Mourão - Guarapuava.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, AFFONSO CAMARGO, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado DENI LINEU SCHWARTZ, sugerindo a denominação de RODOVIA GOVERNADOR MOYSÉS LUPION ao trecho da BR-487, que interliga Manoel Ribas à BR-373, passando por: Cândido de Abreu, Três Bicos, Tereza Cristina, Ivaí e Ipiranga.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O progresso que hoje o Paraná apresenta se deve, em princípio, à elaboração de planos e estudos e posterior implantação dos mesmos.

Emergindo, de uma longa Ditadura (Estado Novo) para uma Democracia que, até então era apenas uma aspiração, coube ao então Governador MOYSÉS LUPION, planificar e, pela primeira vez, traçar rumos definidos visando um Governo progressista, cujos resultados, levados à frente por outros Governadores, estão bem adiante de nossos olhos.

Ao sugerir a denominação da RODOVIA GOVERNADOR MOYSÉS LUPION para o trecho da BR - 487 que interliga Manoel Ribas à BR-373, nada mais fazemos do que tentar prestar uma singela homenagem àquele que um dia, foi Governador do Paraná.

Entre muitos trabalhos do Governador MOYSÉS LUPION, eleito por duas (02) vezes pelo voto popular (1947 a 1952 e 1956 a 1961), citamos estes:

- PRIMEIRO PLANO RODOVIÁRIO PARA O ESTADO DO PARANÁ (Aprovado por Decreto 12.900 de 08.11.1950)
- ESTUDO, CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA BR-277 DE PARANAGUÁ ATÉ PORTO SÃO JOSÉ (Trabalho feito por etapas)

- IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ENSINO (Com ampliação do sistema)
- PLANIFICAÇÃO ENERGÉTICA (Com planos de instalação de usinas e expansão de energia)
- CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO
- CEU

Aguardamos que a sugestão ora apresentada mereça a aprovação dos nobres Pares.

#### Projetos de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 155/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### R E S O L V E:

Art. 1.º - Os recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná poderão ser despendidos com auxílios para entidades de serviços e assistência social e em despesas de capital.

§ 1.º - Os processos serão relatados pelo Primeiro Secretário e deliberados pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2.º - A Coordenadoria de Contabilidade, da Diretoria de Apoio Técnico emitirá autorização de pagamento, que serão levadas a débito da Receita Patrimonial, após a deliberação da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 2.º - Os recursos da Receita Patrimonial deverão ser depositados e aplicados de acordo com a Resolução n. 1893, de 12 de março de 1985, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em agências do Banco do Estado do Paraná S/A.

Parágrafo Único - Os registros contábeis deverão demonstrar o arrecadado no dia, no mês e no ano, permanecendo os valores arrecadados num exercício para utilização em exercícios seguintes.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(aa) NILSO SGUAREZI,  
ANIBAL KHURY e  
QUIELSE CRISÓSTOMO

Apoiamento: FUAD NACLI, DIRCEU MANFRINATO, ANTÔNIO ANNIBELLI, ORLANDO PESSUTI, NELSON VASCONCELLOS, DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, CAÍTO QUINTANA, WILSON FORTES, EDUARDO BAGGIO e MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Resolução n. 1893/85 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná entendeu legal a aplicação, no mercado financeiro, dos

recursos do Poder Legislativo, transferidos pelo Poder Executivo, sem no entanto determinar como se faria os dispêndios da receita arrecadada.

O presente projeto de resolução pretende disciplinar a matéria que por ora é prejudicada pela lacuna legal.

#### Projeto Complementar.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 329/85  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - O art. 16 da Lei Complementar n. 14, de 26.05.82, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo que se lhe segue:

"Art. 16 - Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o colegiado competente da Polícia Civil solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura do concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná, que preencham os requisitos do mesmo.

§ 1.º - Das instruções para o concurso público, de cuja banca examinadora fará parte pelo menos uma pessoa indicada pelo colegiado da Polícia Civil, constarão: limite de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigências de provas e títulos;

§ 2.º - As vagas restantes das mencionadas no "caput" deste artigo, serão preenchidas sempre por candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco anos neste Estado."

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente plano de lei, reservar aos policiais civis do Quadro da Polícia Civil do Estado, que estejam, no momento da instalação de um concurso público para aqueles quadros, habilitados, um determinado número de vagas, estipulado em 50% das vagas totais, com o objetivo de corrigir distorções e injustiças funcionais.

Tem ocorrido vários casos de policiais antigos naquela corporação que, após te-

rem concluído com grande esforço seus estudos de nível superior, no caso Direito, tem de enfrentar nas mesmas condições dos demais candidatos, um concurso para as carreiras de nível superior de Delegado.

Além disto, muitas das vezes, como passou a proibir o § 2.º da Lei Complementar n. 14 neste projeto, os candidatos que obtêm a classificação sequer são deste Estado, desconhecendo quase sempre as realidades da segurança pública no Paraná.

Deste modo estaremos adotando, no segundo caso, a mesma medida já adotada em muitos Estados da Federação, os quais proíbem o acesso de policiais de outros Estados para a sua corporação. Por outro lado, estaremos também, protegendo a população contra prováveis equívocos de policiais habituados a ambientes onde a criminalidade atinge índices mais preocupantes, e onde o suborno, a corrupção e o aliciamento é prática já consagrada.

Diante disto, aguardo dos nobres Pares o necessários apoio à presente medida legal, tendo em vista tratar-se de dispositivo de destacada importância social.

#### Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI N. 328/85  
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Enquanto os gastos do Tesouro Estadual, decorrentes das despesas com o pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e outras Despesas Correntes das unidades da administração direta, autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e dos órgãos de regime especial, não se reduzirem a um índice inferior a 75% da Receita Tributária Estadual, fica vedado:

- I - contratação de servidores sob regime de Consolidação das Leis do Trabalho;
- II - nomeação de servidores concursados, salvo os aprovados em concurso públicos que tenham seus editais publicados até a data do início da vigência desta Lei;
- III - criação de cargos em comissão;
- IV - transformação de cargos regidos sob qualquer regime, em cargos em comissão, ou destes para outra simbologia que tenha o seu valor de vencimento superior ao do originário;

Parágrafo Único - Excluem-se do computo das Outras Despesas Correntes, as despesas pertinentes aos En-

cargos da Dívida Interna e Externa, as Transferências a Municípios, e os reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação dos prédios públicos.

Art. 2.º - É permitido, mesmo são atingindo o índices previstos no caput do artigo anterior, a admissão de servidores para os cargos em comissão, e para suprir vagas existentes deixadas pelos que se desligaram por motivos de morte, aposentadoria ou demissão, nas seguintes áreas:

- I - atividades operacionais das unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- II - não administrativas das Secretarias de Estado da Educação, e da Saúde e do Bem Estar Social;
- III - no Ministério Público e na Magistratura, bem como a criação de vagas e seu preenchimento na ocorrência de necessidade imperiosa.

Art. 3.º - Havendo necessidade de funcionários para suprir vagas eventualmente existentes e sendo estas imprescindíveis ao desempenho do Órgão, o preenchimento se fará através de remanejamento de pessoal de um para outro órgão.

Art. 4.º - A forma de condução das admissões, quando atingidos os objetivos desta lei, o órgão responsável pelo acompanhamento para o seu fiel cumprimento, e a época do fornecimento dos cálculos através da Pasta competente para verificar o previsto no Art. 1.º, serão determinados pelo Poder Executivo.

Art. 5.º - São considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que a partir da vigência desta lei, infringirem os seus dispositivos.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) MÁRIO PEREIRA

PROJETO DE LEI N. 330/85.

A Assembléia Legislativa do Estado do Pa-

raná.

D E C R E T A.

Art. 1.º - Fica denominada "Rodovia Luiz Vitorino Marques", a estrada que liga PR-479 Moreira Sales - Tuneiras do Oeste.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

No País mais ocidental do continente Europeu, Portugal, mais precisamente na localidade chamada Envendos, situada na província da beira baixa, nasceu Luiz Vitorino Marques, em 17 de março de 1932.

Já nos tempos de jovem, em sua terra Pátria, ele demonstrava sua vocação para os estudos, assim como no trabalho, auxiliando seus pais nos diversos afazeres, Senhor Victorino Marques e Senhora Guilhermina Maria de Matos.

Embora gostasse muito de Portugal, mas tendo em vista as circunstâncias existentes na época, de extrema dificuldades atingiram toda a nação, Luiz Victorino resolveu imigrar para o Brasil.

Desembarcou no Porto de Santos. Era dia 30 de abril de 1953. Pisava no solo brasileiro atraído principalmente pelos profundos laços culturais que histórica e tradicionalmente ligam Portugal desde os primeiros tempos de descoberta de nosso território.

No vigor de sua mocidade, muito rapidamente ambientava-se aos costumes e tradição do povo brasileiro. Dois anos residindo em Arapongas, neste Estado, no dia 1.º de julho de 1955, Luiz Vitorino mudou-se para Moreira Sales.

Sendo ainda apenas um Distrito pertencente ao Município de Goioerê, Moreira Sales ainda na década de 50 tinha muito por fazer. O desbravamento, a derrubada das matas e o beneficiamento de madeira; e o revolvimento da terra para o plantio, além da edificação das primeiras moradias, eram cenas muito comuns. Períodos que somente a coragem e a determinação eram capazes de vencer os desafios.

Casado com a Senhora Maria Alice das Neves Marques, cuja feliz e sólida união nasceram os filhos Jorge e Luiza Marques.

Não há dúvida de que, o processo desenvolvimento de Moreira Sales, município emancipado política e administrativamente em 1960, só ocorreu graças a participação indispensável da família Marques. A história daquela rica e vasta região esteve sempre intimamente ligada a iniciativas concretas de Luiz Vitorino Marques, destacando-se sobretudo suas ati-

vidades empresariais como na comercialização e plantio de produtos agrícolas. Homem de profundas convicções morais religiosas, caracterizadas pelo respeito e laços de solidariedade humana.

Por isto, Senhor Presidente Senhores Deputados, a proposição que ora formulo, para que seja denominada a PR - 479 de RODVIA LUIZ VITORINO MARQUES, o faço com absoluta certeza de, com tal iniciativa, acima de tudo reconhecer a importância deste homem probo, homenageando-o, pois as virtudes que uma pessoa tem e transmite com exemplos de sabedoria não podem, não devem e não serão esquecidas, mas sim fazem parte de uma história: A do povo de Moreira Sales.

#### PROJETO DE LEI N. 331/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Professores do Educandário Branca de Neve, com sede e foro no Município de Sertãoópolis/Pr.

Art. 2.º - A presente lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Tem o presente plano de lei, iniciativa da Sra. Vanderci de Andrade Aguilera, Presidente desta Entidade, a finalidade de que o Estado, por intermédio de dotações orçamentárias, dê condições ao prosseguimento das atividades daquela Associação.

De comprovada atividade de cunho social, a Associação de Pais e Professores do Educandário Branca de Neve dirige sua atuação primordialmente para as crianças carentes, fornecendo complementação à merenda daquelas crianças, aquisição de material escolar pedagógico e bibliográfico, além de despesas com cozinha.

Diante desta situação, que inclusive se não forem tomadas providências podem interromper as atividades daquela Associação, solicito aos nobres Pares que, presente os requisitos da Lei n. , que prevê os requisitos para a Declaração de Utilidade Pública, dê o necessário apoio à presente proposição.

#### PROJETO DE LEI N. 332/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada de Estrada Vereador Guido de Marques Rodrigues, o trecho da PR-323, entre a sede do Município de Terra Boa e o Distrito de Malu, naquela municipalidade.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85.

(a) RUBENS BUENO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

Com o advento da Nova República, sonhada por Tancredo Neves e acalentada pelos brasileiros, o País deveria entrar em nova fase de sua história, esquecidos os erros do passado, tão duramente criticados pela oposição que, afinal, conquistava o poder.

Com a Nova República, estaria chegando também um novo tempo, marcado pela restauração da austeridade administrativa e da dignidade política.

Mas, para chegar aonde chegou, teve o Partido do Movimento Democrático Brasileiro - símbolo até então do oposicionismo Pátrio - que contar com o apoio e a ajuda do Partido da Frente Liberal, através da Aliança Democrática, sem o que a vitória se afigurava praticamente impossível.

E, ainda hoje, graças a essa indispensável somatória de forças, é que vem o Presidente José Sarney conseguindo obter do Congresso Nacional o necessário apoio à suas iniciativas e ao seu programa de Governo. Não fora esse entendimento, que deixa de lado interesses menores ou mesmo divergências inconseqüentes, e não teria a Nova República logrado alcançar vitórias por si só consagradoras, como a eleição direta nas Capitais e a Convocação da Constituinte, para citar apenas dois exemplos.

Assim, quando chegamos ao final deste ano de 1985 e, conseqüentemente, de mais uma Sessão Legislativa, queremos registrar com satisfação essas conquistas do Governo, que são também conquista da Aliança Democrática, no plano nacional. E temos, ainda, a convicção de que elas não se esgotaram devendo, ao contrário, continuar emprestando ao Presidente Sarney sua imprescindível colaboração.

É bem verdade que essa colaboração, na Aliança, não deve impedir que cada um dos Partidos que a integram, mantendo sua pró-

pria identidade, busque consolidar-se e firmar-se como canal de expressão de parcela da população brasileira.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se é verdade que a Aliança Democrática não encontra igual condição de existência na maioria dos Estados e Municípios, é também indispensável que mesmo a esse nível se procurem estabelecer critérios de convivência e civilizado entendimento.

Lamentavelmente, a bem da verdade, não obstante nosso empenho em manter um relacionamento cordial e amistoso, nem sempre isso tem sido possível.

Ainda agora, recebemos com um misto de inquietação e pesar inúmeras queixas de companheiros e correligionários do interior, os quais nos dão conta de que vêm sendo assediados com muita insistência por políticos do PMDB, ligados ao Senhor Álvaro Dias e comprometidos com sua candidatura ao Governo do Estado.

Trata-se, evidentemente, de um procedimento incorreto, sobretudo porque acompanhados de promessas e propostas de ajuda, caracterizando um aliciamento totalmente incompatível com as metas e os princípios defendidos pela Nova República. Afinal de contas, não será com investidas dessa natureza que iremos construir um quadro partidário autêntico, tão necessário para o fortalecimento das instituições e a solidificação do regime.

Tais acenos tornam-se ainda tanto mais inadmissíveis quanto se sabe que os Municípios, especialmente os menores, vivem em crise permanente, enfrentando toda a sorte de dificuldades. Condicionar, pois, o recebimento de ajuda, já sabidamente minguada, o apoio ou a troca de siglas partidárias, é um abuso inqualificável, indigno mesmo deste tempo que se quer seja de mudanças e de afirmação democrática.

Assim, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ao mesmo tempo em que renovamos nossa confiança na preservação da Aliança Democrática, a nível nacional, julgamos igualmente oportuno também reafirmar o entendimento de que só com respeito às posições conquistadas ou livremente assumidas, nos Estados e Municípios, é que conseguiremos estruturar e solidificar os partidos, desde as bases. Qualquer outro entendimento a respeito - é a nossa convicção - servirá apenas para conturbar a vida partidária - o que não é bom para o Governo, muito menos para o País.

Daí, o apelo que desta Tribuna fazemos àqueles que ainda se preocupam em empalmar o poder a qualquer custo, apelo no sentido de que limitem seu proselitismo ao âmbito de suas próprias agremiações partidárias. Apelo no sentido de que se abstenham de bancar as sereias, na vã tentativa de se-

duzir, à custa de acenos ou promessas mirabolantes, políticos que, em outros partidos, lutam com toda sorte de dificuldades, comuns, aliás, a que não dispõe das benesses do Poder.

Nosso empenho, agora mais do que nunca, deve ser no sentido de fortalecer os partidos políticos, procurando dotá-los de estrutura adequada aos embates que se avizinham. Fortalecer os partidos, porém, não é buscar a hegemonia deste sobre aquele, mas, sim, possibilitar a que todos representem, efetiva e democraticamente, as diversas correntes de opiniões que formam o pensamento nacional.

É isto o que quer o partido da frente liberal.

É isto o que, temos plena certeza, interessa à Nação Brasileira, nesta hora de busca de definições de rumos e de conquista de novos tempos para todos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Rubens Bueno. (Ausente).

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Terça-feira desta semana, ocupei a tribuna para informar à Casa que pretendia dar entrada num projeto que regulava, de certa forma, a contratação de servidores pelo Estado, nesta quinta-feira. E assim o fiz. Dei entrada junto à Mesa, de projeto de lei que passo a fazer a leitura e a justificativa. (Lê):

"Súmula: Veda admissão de servidores públicos e dá outras providências, visando a contenção dos gastos públicos.

Art.1.º - Enquanto os gastos do Tesouro Estadual, decorrentes das despesas com o pagamento de Pessoal, Encargos Sociais e outras despesas correntes das unidades da administração direta, autarquias, empresas públicas, fundações instituídas pelo Estado e dos órgãos de regime especial, não se reduzirem a um índice inferior a 75% da Receita Tributária Estadual, fica vedado:

I - contratação de servidores sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho;

II - nomeação de servidores concursados, salvo os aprovados em concurso público que tenham seus editais publicados até a data do início da vigência desta Lei;

III - criação de cargos em comissão;

IV - transformação de cargos regidos sob qualquer regime, em cargos em comissão, ou destes para outra simbologia que

tenha o seu valor de vencimento superior ao do originário;

Parágrafo Único - Excluem-se do computo das Outras Despesas Correntes, as despesas pertinentes aos Encargos da Dívida Interna e Externa, as Transferências a Municípios, e os reparos, adaptações, substituições, recuperações e conservação dos prédios públicos.

Art.2.º - É permitido, mesmo não atingindo o índice previsto no caput do art anterior, a admissão de servidores para os cargos em comissão, e para suprir vagas existentes deixadas pelos que se desligaram por motivo de morte, aposentadoria ou demissão, nas seguintes áreas:

I - atividades operacionais das unidades da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

II - não administrativas das Secretarias de Estado da Educação, e da Saúde e do Bem-Estar Social;

III - No Ministério Público e na Magistratura, bem como a criação de vagas e seu preenchimento na ocorrência de necessidade imperiosa;

Art.3.º - Havendo necessidade de funcionários para suprir vagas eventualmente existentes e sendo estas imprescindíveis ao desempenho do órgão, o preenchimento se fará através de remanejamento de pessoal de um para outro órgão.

Art.4.º - A forma de condução das admissões, quando atingidos os objetivos desta Lei, o órgão responsável pelo acompanhamento para o seu fiel cumprimento, e a época do fornecimento dos cálculos através da Pasta competente para verificar o previsto no Art.1.º, serão determinados pelo Poder Executivo.

Art.5.º - São considerados nulos de pleno direito, não gerando obrigações de espécie alguma para a pessoa jurídica interessada, nem nenhum direito para o beneficiário, os atos que a partir da vigência desta Lei, infringirem os seus dispositivos.

Art.6.º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05/12/85."

Deputado MÁRIO PEREIRA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, os movimentos dos funcionários públicos em busca de reposição salarial, de melhorias salariais, têm-se sucedido. E com razão. Se verificarmos a defasagem que tem havido entre os índices inflacionários e os reajustes concedidos ao funcionalismo públicos, vamos verificar que, por exemplo, em 1980, com uma inflação de 110,3%, o reajuste concedido foi de apenas 42%. Em 81, houve uma recuperação, com inflação de 95%, reajustou-se em 123%.

Em 1.982, uma inflação de 99,7%, o

reajuste foi apenas de 80%.

Em 1983, uma inflação de 211%, o reajuste foi de 87%.

Em 1984, uma inflação de 223,8%, reajuste de 180,5%.

Em 1985, uma inflação de 205%, começou então uma recuperação, uma inflação de 205%, um reajuste concedido de 241,7%.

Ora, estes reajustes acompanhados de inchamento da máquina de contratações indiscriminadas, têm feito com que a receita tributária do Estado cada vez mais fique comprometida com as despesas correntes, isto é, com despesa de pessoal e de custeio.

Se nós retirarmos as despesas correntes, as despesas com juros da dívida interna e externa e, considerarmos pessoal e estes outros custeios, nós teremos o absurdo do Paraná estar se aproximando perigosamente do Estado do Rio Grande do Sul, porque o Paraná já vê comprometida a sua receita tributária no ano de 85 e a previsão para 86, em mais de 90% somente com a folha de pagamento e despesas de custeio.

Ora, é preciso que se entenda que cada vez mais que se contrata um funcionário, esta contratação custa mais aos cofres do Estado do que se este recurso fosse dado, em vez de contratar outro funcionário, fosse dado como uma reposição salarial ao funcionalismo.

A cada contratação, Deputado Adhail, duas despesas aparecem para o Tesouro do Estado. Cresce a folha e aumenta o custeio, porque é mais um funcionário a ter todos os gastos de papel, telefone, luz, água, gasolina, cafezinho, enfim, é a máquina inchando e desvalorizando a máquina estatal do funcionalismo público.

O funcionalismo público é o braço do Estado sobre a sociedade.

O funcionalismo público é pago, a máquina estatal é paga através da arrecadação de tributos e nada mais é do que a transferência de recursos da iniciativa privada para o poder público. E no momento que o poder público retira recursos da iniciativa privada, tem a responsabilidade de gerir estes recursos melhor do que teriam gerido na iniciativa privada, sob pena de ser justificada esta retirada de recursos.

Como pode o poder público gerir os recursos arrecadados através de tributos melhor do que na iniciativa privada, tendo na sua estrutura de pessoal servidores altamente qualificados e que só terá o Estado servidores altamente qualificados no momento em que a média salarial destes servidores, que vão gerir estes recursos subtraídos da iniciativa privada, for superior à média salarial da iniciativa privada.

Agora, imaginem o servidor público, o

homem que se dá à carreira pública e abdica de qualquer intenção de enriquecer durante a vida porque vai se dedicar a um serviço público.

Eu imagino que a valorização desta estrutura só poderá ocorrer no momento em que nós frearmos de maneira brusca o inchaço da máquina. O funcionalismo perde força na sua mobilização, quando não se insurge também contra esse inchaço. Porque, ao verificarmos que a receita tributária toda já está comprometida, e verificarmos que o Estado não tem recursos para dar reposição salarial justa que possa repor isso que eu acabei de ler agora, de 80 para cá, por falta de recursos, perde força, inclusive, esta mobilização.

E, ao pagarmos mais, vamos desqualificando o nosso quadro funcional, gerindo os recursos de maneira inferior ao que são gerados na iniciativa privada, e o que se vê, ao invés do Estado se inibir em mais tributos, acaba lançando mão, para cobrir a sua incompetência, de uma arrecadação cada vez maior, onerando cada vez mais o cidadão que trabalha, a empresa privada, enfim, tirando recursos do setor que produz, para geri-lo mal no setor público.

A dívida do Paraná não pode mais ser paga pela sua receita tributária. Não há recursos com a arrecadação do ICM, que é um tributo que responde por mais de 95% de toda a arrecadação tributária do Estado. Não há recursos sequer para pagar o juro da dívida, tendo-se de lançar mão de novos empréstimos e de transferências federais.

A continuar assim, o Paraná perderá totalmente a sua capacidade de investimento, e passará, simplesmente, a cobrar tributos para manter uma máquina deformada.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando apresento este projeto em que proponho que a relação entre as despesas correntes - retirado daí as transferências a municípios e reparos a prédios públicos, como delegacias, escolas, enfim, a próprios do Estado - quando proponho, repito, esta proporção entre a receita tributária e estas despesas correntes em 75%, eu não limito as despesas e nem limito os gastos com pessoal; limito, isto sim, somente a contratação de mais servidores, enquanto as despesas não se enquadrarem dentro desta proporção.

Se no correr dos próximos anos, Senhores Deputados, aprovada esta lei, freada a contratação indiscriminada, feito os remanejamentos necessários para adequar melhor as necessidades da máquina estatal, vai passar a haver uma folga entre a receita tributária e as despesas correntes, com folga maior, nós teremos duas situações que serão possíveis: primeiro, a visão por parte do funcionalismo do Estado do Paraná, que é possível, realmente, pressionar

porque há recurso, e se o Governo não der a reposição é porque não quer qualificar a sua máquina, e, ao mesmo tempo, recursos para investimento, independente de se lançar mão, como é prática hoje em todo o Brasil infelizmente de poupança externa ao nosso Estado, para fazermos as obras que trarão desenvolvimento e que deveriam e nem sempre trazem o retorno necessário ao investimento de poupança externas ao nosso Estado, em nosso Estado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Congratulo-me com Vossa Excelência, nobre Deputado, por trazer a esta Assembleia, um projeto de lei que pretende regular as relações de despesas e de receitas do Estado do Paraná.

Conhecendo Vossa Excelência, sei que o objetivo de Vossa Excelência ao propor este projeto, realmente é a preocupação com o futuro do nosso Estado, com a remuneração condigna dos Servidores e sobretudo com o desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, como um todo.

Entretanto, Vossa Excelência pelo que pude entender da sua explanação, pretende limitar os gastos de custeio da máquina administrativa em 87% ou 75%, para isto evitar um processo que Vossa Excelência denomina, até com propriedade, de desparanização do Paraná nesse setor e de imitação, lamentavelmente, do Rio Grande do Sul, que nesse setor é um dos campeões nacionais.

Mas, o que Vossa Excelência deve analisar com bastante acuidade e que esta Casa deve analisar com bastante cuidado, é que as despesas com a manutenção da máquina administrativa cresceram nos últimos anos assustadoramente no Paraná, enquanto que as despesas com o funcionalismo cresceram apenas 8.100%, as despesas por exemplo com o consumo de gasolina, com o consumo de material cresceram em igual período, no atual Governo José Richa, da ordem de 15.100%, enquanto que o Governo alega não possuir recursos para dar um reajuste de acordo com aquilo que prometera durante a campanha eleitoral, as despesas com financiamentos internos e externos do Paraná, crescem da ordem de 42.000%, enquanto que as verbas de representação dos gabinetes dos secretários, como o Secretário de Segurança Pública, o Secretário da Saúde, o Secretário Chefe da Casa Civil, crescem despesas de custeio da máquina administrativa, não despesas de pagamento de pessoal, despesa mais popularmente denominada de mordomia, cresce de 13 a 14.000%.

Portanto, peço o aparte a Vossa Excelência, para registrar o meu posicionamento favorável a um projeto de lei que limi-



te o custeio da máquina administrativa e que obrigue ao mesmo tempo ao Estado do Paraná em remunerar os seus Servidores no mínimo de acordo com os índices do INPC, para que não haja a triste figura que estamos vendo no Paraná hoje, do funcionalismo financiando a máquina administrativa do Estado do Paraná.

Muito Obrigado.

Agradeço o aparte do nobre Líder do PDS, Deputado Luiz Alberto, e afirmo que ao apresentar esse projeto, tenho consciência de que ele não está pronto e acabado, e peço aos colegas Deputados, que através do trabalho nas Comissões, ao Poder Executivo, aos funcionários públicos, que ofereçam subsídios, para que nós possamos modificá-lo no sentido de melhorá-lo. Possamos alterá-lo no sentido de reparar algo que possa estar errado. Mas, Deputado Luiz Alberto, não só as despesas de custeio tem aumentado, realmente as despesas com o pessoal tem aumentado.

No momento em que se continua contratando, e passa se dar, como por exemplo em 1985, aumentos superiores à inflação, numa máquina superdimensionada, é evidente que vai se refletir no aumento do comprometimento da receita tributária com relação também ao pessoal. Por exemplo, se em 1982 o comprometimento da folha de pagamento com relação ao ICM, era de 82% em 1985 passa, ou melhor, em 1981 de 65% em 1985 passa para 82,8%, dados em cima de previsão feita em junho deste ano.

Mas, a verdade, Senhor Deputado, é que este projeto não limita gastos com custeio ou com pessoal. Este projeto, se transformado em lei, limita a contratação de funcionários enquanto as despesas do tesouro com o custeio, com despesas correntes, seria o custeio de pessoal, não se enquadrar num índice de 75% da receita tributária do Paraná.

Acho que com isso, se nós levarmos avante esta discussão, nós poderemos repensar a função do Estado na sociedade. Não é isto pretensão, mas é analisar, por exemplo, os diversos órgãos da administração, se não devem muitos deles serem redirecionados. Órgãos que na época da sua criação tinham uma finalidade, que hoje eternizados na administração perderam inclusive a razão de ser. E temos necessidade de apoio do Estado em outras áreas.

Mas, o que se vê, lamentavelmente, é inclusive a dificuldade de remanejamento de pessoal. Se temos por exemplo em certa época, um determinado número de engenheiros ociosos num órgão, e num outro falta, contrata-se mais engenheiros, porque não se remaneja no Estado. O remanejamento é inclusive salutar ao próprio quadro funcional do Estado, porque fez com que os seus funcionários, os seus servidores, te-

nham a visão maior da máquina estatal, dá, o remanejamento, possibilidade de desenvolvimento do potencial de cada um dos funcionários que, às vezes, por contingências de contratação, estão trabalhando em áreas que não são as mais próprias à sua formação profissional, ou à sua aptidão para aquele tipo de serviço.

Nós acabamos com este política de pessoal estanque, castrando o desenvolvimento pessoal e profissional de muitos servidores do Estado. E isto se repete sempre na qualidade dos serviços que o Estado presta.

E ao deixarmos cair a qualidade acabamos voltando a contratar para suprir com a quantidade a qualidade. Estancando a contratação, nós vamos valorizar os funcionários já pertencentes à estrutura do Estado. E novas contratações só, e somente através de concursos públicos, e aí quem sabe, possamos voltar a ter um funcionalismo que se orgulhe de ser funcionário do Estado. Um funcionalismo que não queira perder o seu emprego no Estado, porque não encontra paralelo em remuneração na atividade privada. E profissionais da atividade privada, que disputando um cargo no Estado, porque se sentem recompensados pela remuneração e pela possibilidade de, ingressando na carreira pública, servir à comunidade.

Este projeto poderá dar ensejo a que se reestude as taxas, se reestude as destinações de taxas; todas as taxas cobradas pelo Estado estão vinculadas a determinados tipos de investimentos. Se uma taxa cobrada pelo DETRAN, está vinculada à contratação de viatura, as viaturas amontoam-se nos pátios, sem recursos de custeio para reformá-las, pois, recursos daquelas taxas que existem, não podem ser aplicados na reforma de veículos, e assim é que, nós temos distorções de arrecadação e de aplicação de recursos que precisam ser reestruturadas, para que a máquina estatal possa ser ágil, para que a aplicação seja a melhor possível dos recursos arrecadados do suor, figura gasta, do suor do trabalhador paranaense, figura gasta, mas, verdadeira.

E assim, nós, do Poder Legislativo, damos com esta discussão uma colaboração do Estado como um todo, e ao Poder Executivo, no racionamento da máquina estatal, e na possibilidade de vir o Paraná novamente, voltar a crescer, investindo os seus próprios recursos, o recursos gerados pelos próprios paranaenses, sem novas dívidas, sem a aplicação de poupanças de fora do nosso Estado, que só se justificam quando temos recursos próprios para saldá-las, mas, queremos a aceleração de um determinado programa.

Dessa forma, Senhor Presidente, e Se-

nhores Deputados, espero poder receber as contribuições de meus colegas, e aprovarmos no ano de '86 este projeto que ora apresento, e que, justifiquei oralmente, encaminharei à Mesa por escrito, para a ele ser anexado a justificativa por escrito.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

A Mesa concede a palavra à Liderança do PMDB, por 12 minutos.

O Sr. Caíto Quintana - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa consulta à Liderança do Partido Comunista Brasileiro.

Não se encontrando em Plenário, consulto à Bancada da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao jovem Deputado Ivan Gubert.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia 30 de setembro de 1985, esta Casa, através do seu Plenário, aprovou a convocação do Secretário Chefe da Secretaria da Indústria e Comércio, Senhor Francisco Simeão, para vir aqui debater a respeito do Projeto de Lei n.11/85, de autoria do Deputado Paulo César Furiatti. De 30 de setembro até esta data, por inúmeras vezes, solicitei à Mesa que marcasse o dia em que o Secretário deveria comparecer a esta Casa, e até agora não tive resposta, mas com surpresa, eu ouvi atentamente o Presidente da Casa informar, e eu digo - informar, - porque era uma determinação da Presidência ao Plenário, o que aconteceria na sessão de 11 de dezembro de 1.985. Fiquei curioso, porque fôra anunciada a presença aqui nesta Casa do Secretário Francisco Simeão, mas me surpreendeu bastante a razão pela qual ele virá a esta Casa.

Passo a ler o teor do telex do Senhor Francisco Simeão ao Presidente Nilso Sguarezi, que diz o seguinte: (Lê Telex).

"17754 W PROT

25/1722

ZCZC XPC03944 2511 1711

CURITIBA/PR

935TXCTAF BR

415399SIGS BR

TELEGRAMA

EXMO. SR.

DEP. NILSO SGUAREZI

DD. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
CENTRO CÍVICO  
80.000 - CURITIBA/PR

REITERANDO PEDIDO JAH FEITO A ESSA ASSEMBLEIA, VENHO SOLICITAR A VOSSA EXCELÊNCIA DIGNE-SE MARCAR UMA DATA PARA QUE EU POSSA APRESENTAR OS DESMENTIDOS E PROVAS DOCUMENTAIS EM REBATE AAS CALUNIAS PROFERIDAS PELO DR. PAULO PIMENTEL.

ENTENDO QUE TAIS ESCLARECIMENTOS SE FAZEM NECESSARIOS PELO GRANDE RESPEITO QUE SEMPRE TIVE PELA CLASSE PARLAMENTAR.

APROVEITO A OPORTUNIDADE PARA TRANSCREVER TRECHO DO RELATORIO DE AUDITORIA REALIZADA PELO SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, ELABORADO PELA COMISSAO COMPOSTA ATRAVES DA RESOLUÇÃO NR.8283, E CUJO TEOR EH O SEGUINTE:

"A COMISSAO, APOS EXAMINAR MINUCIOSAMENTE A DOCUMENTAÇÃO REFERENTE AO PROGRAMA DE MICRODESTILARIAS E, DE MODO ESPECIAL E DETIDAMENTE, AS FICHAS FINANCEIRAS DO MESMO, NAO DETECTOU NENHUM FATO OU ATO QUE CARACTERIZASSE A APLICAÇÃO DE RECURSOS DO TESOUREIRO, ATÉ ESTA DATA, NA AQUISIÇÃO OU INSTALAÇÃO DE MICRODESTILARIAS."

ATENCIOSAMENTE,  
FRANCISCO SIMEAO  
SECRETARIO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO

935TXCTAF BR

415399SIGS BR

NNNN

17754 W PROT"

Pois bem, Senhor Presidente, enquanto nós, Deputados nesta Casa, estamos aguardando a vinda do Secretário para discutir um projeto que vai dispor sobre o zoneamento agrícola, para implantação e expansão de áreas de projetos destinados à produção de álcool e dá outras providências, do nobre Deputado Paulo Furiatti e do que eu sou relator na Comissão de Constituição e Justiça e que está em Regime de Urgência, o Senhor Secretário dispõe a vir responder ao Doutor Paulo Pimentel. Fica aqui a pergunta: ele virá aqui realmente atendendo a uma convocação desta Casa, ou virá aqui simplesmente, porque resolveu vir e a Presidência, num ato, a meu ver, falho, marcou o dia de segunda-feira.

Deixo aqui a interrogação e entendo que se realmente o Secretário vier aqui para responder sobre acusações, não deve nenhum Deputado comparecer à Sessão Plenária, porque o que nos importa é que ele venha discutir sobre a matéria de sua convocação, ou seja, o Projeto de Lei n.11/85, de vez que quando ele tomou conhecimento, ele fez um memorial a todos os

Senhores Deputados, contestando esse projeto e dizendo que não estava na hora de se aprovar um projeto na forma daquele pelo Deputado Paulo Furiatti.

Entendo que será um desrespeito à Assembléia Legislativa, se nós admitirmos que o Secretário Francisco Simeão virá aqui porque quer vir e não atendesse a uma convocação feita por esta Casa.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Ivan Gubert, o Secretário da Indústria e Comércio vindo a esta Casa, nessa altura dos acontecimentos, passadas as eleições municipais de Curitiba, não é o local próprio para ele justificar-se das acusações pesadas que lhe pesam.

Ele deve justificar-se em outro Poder e não neste aqui e a sua presença aqui nesta Casa em atendimento a um requerimento de convocação que Vossa Excelência fez e esta Casa aprovou, eu considero muito oportuno, porque o projeto do Deputado Paulo Furiatti, segundo considerações da Secretaria da Indústria e Comércio, não tem razão de ser, mesmo porque nós sabemos que o Governo do Estado anunciou aos quatro cantos do Paraná um projeto seu, de instalação no ano de 1985, de mil microdestilarias no Estado do Paraná.

E de que eu tenha conhecimento, parece-me que nenhuma centena delas foram instaladas, além do que o estímulo ou a contribuição, ou o subsídio que a Secretaria da Indústria e Comércio dá e oferece a essas indústrias também não pode fazer com que esse número aumente porque não é nada.

A Secretaria de Indústria e Comércio entra com o discurso nas instalações das microdestilarias. Portanto, eu acho muito oportuna a presença do ilustre Secretário Simeão, nesta Casa, para falar do programa das instalações de microdestilarias no Estado do Paraná, e de cujo programa sou favorável, sou 100% a favor do álcool no Brasil. E, também porque, segundo informações da imprensa, pretendia o Governo do Estado instalar a maior parte, no Oeste do Paraná, das microdestilarias de álcool, e mais precisamente na região do Arenito.

Mas, lamentavelmente, Senhor Deputado, o projeto não teve êxito, malfadado e não explicado. Nós esperamos que, com a presença do Senhor Secretário aqui, nós tenhamos as informações necessárias.

Mas, répito: Quanto às acusações que lhe pesam são gravíssimas, não é aqui o lugar próprio para defender-se.

O SR. IVAN GUBERT - Agradeço o aparte, Deputado, e ratifica exatamente a sua preocupação o teor do telex do próprio Secretário, onde ele diz que na Auditoria nada ficou constatado, aliás ficou constatado que nada foi gasto na aquisição e

instalação de microdestilarias. Significa que o Governo não aplicou nada em coisa nenhuma até agora e realmente nós merecemos uma explicação do Senhor Secretário.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Ivan Gubert, acho procedente a sua preocupação, em razão de que a convocação do Senhor Secretário nesta Casa é para fim específico. E a convocação do Secretário da Indústria e Comércio foi para um fim específico, com pauta previamente elaborada. Acho que por essa razão se desfaz inclusive a dúvida quanto às razões que traga o Secretário nesta Casa. Como nós, parlamentares, não podemos sair do assunto da convocação, ele também não poderá.

Talvez, Deputado, à guisa de esclarecimento, pode ter havido uma confusão; que nós convidamos o Secretário Francisco Simeão, para que numa reunião com a Bancada do PMDB, debatesse com a bancada e lhe oferecêssemos a boa oportunidade de justificar as acusações que tenha recebido.

Mas, veja bem Deputado, aí é que eu acho que pode haver uma confusão nessa questão: Na Bancada do PMDB, num assunto interno, e não neste plenário.

O SR. IVAN GUBERT - Senhor Presidente, então eu, até não numa questão de ordem, mas eu entendo que este Plenário devia ser esclarecido e pronto, em função da informação do Líder do PMDB, eu entendo que, este despacho do Presidente da Casa, não deve ser para o mesmo assunto da convocação.

Gostaria, então, que a Presidência esclarecesse aos Deputados se, este telex é para que ele seja ouvido dentro da Bancada do PMDB, conforme o Deputado Caíto Quintana acabou de colocar, ou realmente atendendo à convocação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa informa ao Senhor Deputado Ivan Gubert e ao Plenário, que por despacho do Presidente desta Casa, marcou-se o dia 9 para que Sua Excelência o Secretário da Indústria e Comércio comparecesse, no Plenário, para dar explicações. E a Mesa, em reunião decidiu que a convocação do Senhor Secretário de Indústria e Comércio seria apenas para tratar do Projeto de Lei 11/85. É o objeto da convocação e daqui a instantes a Mesa vai encaminhar a Vossa Excelência cópia do ofício que foi endereçado ao Secretário de Indústria e Comércio.

O SR. IVAN GUBERT - Muito obrigado, Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Exce-

lência me concede um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivan Gubert. Não sei porque Vossa Excelência fica surpreso, quando aparece mais um "embroglio", mais uma confusão nas coisas relacionadas com o Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto.

A sua vida pública no Paraná é um verdadeiro escândalo. O "Destilgate", é um caso assemelhado ao escândalo dos dólares e, conseqüentemente, não há que se estranhar mais uma confusão de um Secretário, que, desrespeitando o Poder Legislativo, pretende processar um Deputado com um simples ofício à Mesa da Assembléia Legislativa. Nem deve haver motivo para estranheza. O fato de que a Assembléia Legislativa está rasgando a Constituição. E a Bancada do PMDB está sendo conivente com a desmoralização do Poder Legislativo, pois que o Secretário da Indústria e do Comércio, foi convocado para num prazo máximo de 30 dias, por esta Casa, a dar as explicações devidas.

Entretanto, nem a Mesa nem a Bancada do PMDB e nem o Secretário da Indústria e do Comércio respeitaram o texto da Constituição. E agora pretendem oferecer ao homem envolvido no escândalo dos dólares, no massacre de pessoas no Maranhão uma tribuna para defender-se das gravíssimas acusações que a opinião pública, os órgãos livres da imprensa nacional e a consciência da moralidade da sociedade paranaense estabelece sobre o Senhor Francisco Simeão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem). Senhor Presidente, estamos tomando nota aqui como vigilante, atento como sempre nos chama o Deputado Luiz Alberto, mas a Mesa, já há dois minutos que está esgotado o tempo e nem som tem mais, Senhores Deputados, e a Mesa não toma providência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa decidindo a Questão de Ordem de Vossa Excelência, informa que concedeu mais alguns minutos para que o aparteante concluísse a sua oração.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Como orador já deixou a tribuna, Senhor Presidente, e, como o PMDB está preocupado com o relógio e nós com a moralidade pública, eu deixo de concluir o meu aparte.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa que o Senhor Secretário de Indústria e Comércio, comparecerá, segunda-feira, dia 9 conforme o espaço que o Senhor Presidente da Assembléia, determinou, para dar explicações sobre o problema das destilarias.

Consulto à Liderança do PDS se fará

uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O duro é que algumas pessoas, ao invés de se preocuparem com o seu mandato parlamentar, que é o mandato de fiscalizador dos atos governamentais, querem ser como que "papagaio de pirata" dos homens do Governo.

Respeito aqueles que respeitam o confronto das idéias; respeito aqueles que, por dever de lealdade ou de filiação partidária, defendem o seu Governo. Mas não posso, lamentavelmente, respeitar aos verdadeiros "papagaios de piratas" da malandragem que se instaurou e que se instalou na Secretaria da Indústria e do Comércio, onde órgãos como a SEND e outros servem para a promoção de negócios especiais e excusos do Secretário da Indústria e do Comércio do Paraná, denunciado pela Imprensa como co-responsável por atitudes criminosas em sua propriedade no Maranhão e denunciado pela Imprensa Livre do Paraná como responsável por atitudes que fazem com que o Estado do Paraná tenha imensos prejuízos em seus bancos oficiais, porque o Senhor Secretário e suas empresas particulares não pagam dívidas no BADEP, por exemplo, em quantias que ascendem hoje a mais de um bilhão de cruzeiros e ainda se beneficiam de esquemas especiais de anistia, de crédito e de transformação de dívida em ação para beneficiar o Senhor Secretário da Indústria e do Comércio, ex-sócio do Governador do Estado do Paraná, José Richa.

Desejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fixar o meu posicionamento e da minha Bancada com relação a assuntos polêmicos em tramitação nesta Casa. O primeiro com relação à anistia; o segundo, a Mensagem Governamental que objetiva receber autorização desta Casa para o endividamento interno do Estado do Paraná em mais 1 trilhão e 500 bilhões de cruzeiros; e o terceiro com relação a Mensagem Governamental que objetiva dar o reajuste aos servidores públicos civis e militares do Estado do Paraná.

Com relação a anistia, esta Casa não pode assumir a função daqueles departamentos de lojas incumbidos de empacotarem as compras, de revesti-las de um invólucro para presente e dar apenas o laço final.

Esse presente, esta Assembléia não deveria dar neste final de ano ao povo do Paraná, pois presente deste tipo ele agradece. Ele já está suficientemente embrulhado pelo "pacotão" preparado pelos homens da Nova República e que o Congresso, na calada das madrugadas sonolentas, fez

por bem dar o laço final: laço não no pacote, mas no pescoço do povo.

Agora, estamos frente ao elenco de medidas de José Richa. Tenho para mim que a anistia, em alguns casos, deve ser dada pelo Poder Público Estadual. Quando se trata de anistiar pequenos empresários, quando se trata de salvar microempresas. Sei e conheço empresários sérios e honestos que, não em razão de suas vontades, mas por fatores alheios e de seu desconhecimento, têm problemas de atualização com o fisco estadual.

Mas não posso compreender uma mensagem, com a amplitude da atual, sem que se saiba exatamente porque o Governo do Estado quer premiar a todos, como se todos os empresários fossem maus. E, ao mesmo tempo, salvaguardar os funcionários desonestos, que em razão de medidas de fiscalização do Tribunal de Contas, deveriam estar na cadeia, ao invés de serem beneficiados pela mensagem governamental. Que lhes dá também a anistia nos atos errados que praticaram nas Exatarias estaduais de Renda pelo Paraná afora.

O Sr. Erondy Silvério- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Lamento, talvez pela vez primeira, discordar da Liderança do meu Partido nesta Casa. Porque Vossa Excelência se ceder ao cuidado de consultar o Departamento Legislativo da Assembléia, irá verificar que não é a primeira anistia que esta Casa vota. Todos os Governadores, com exceção daqueles que não completaram o mandato, para aqui enviaram mensagens de anistia fiscal.

No presente caso, esta Assembléia Legislativa tem parcela de culpa pelo que está ocorrendo com a pequena, com a média e com a grande empresa no Paraná. Porque ao apagar as luzes de 1983, esta Casa votou, também em período extraordinário, mensagem governamental autorizando o Estado a aplicar correção monetária sobre correção monetária, em todos os débitos que o Estado fosse credor do comércio e da indústria no Paraná. Isto gerou em cadeia uma situação extremamente grave, extremamente difícil, para o empresário que tem a responsabilidade de carregar nos ombros a ineficiência da máquina governamental, aquele que realmente sustenta e é estrutura do Poder Público.

Muitas e muitas vezes, como Vossa Excelência bem afirmou na tribuna, o empresário por circunstâncias se vê envolvido num caso de não pagamento de tributos. Mas o que ocorria anteriormente, com a Legislação revogada em 1983, é que o empresário sofria apenas a multa e pagava os juros e a correção da prestação do parcelamento. Acontece que com aquela Lei, além da correção sobre o principal, ainda se aplica

correção sobre correção no parcelamento.

Isto gerou uma situação anormal, em que o Estado deixou de ser a máquina administrativa, deixou de ser a máquina a serviço da sociedade paranaense, para passar a ser a máquina investidora.

O Estado hoje é uma máquina de investimento igual a um estabelecimento bancário.

Em boa hora o Governador José Richa manda para esta Casa uma mensagem corrigindo esta anomalia.

Por isto, neste instante, agradeço o aparte de Vossa Excelência e quero discordar pelo menos em parte aos argumentos usados por Vossa Excelência, da tribuna.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Respondendo o aparte do Deputado Erondy Silvério, desejo declarar a Vossa Excelência que os governos passados mandaram solicitação de anistia, creio que quase todos os Governos do Paraná, anteriores desde 1960 até esta data mandaram.

E este Governo agora inova, porque o Senhor Erasmo Garanhão estabeleceu a sobrecarga; o Senhor Erasmo Garanhão, de triste passagem, aquele homem que fazia com que se pagassem comissões nos empréstimos em dólares no Estado do Paraná, empurrou goela abaixo deste Poder a correção monetária para os débitos devidos.

Foi num período de recesso parlamentar, quase recesso parlamentar, final do ano, da mesma forma o Governador José Richa quer impor agora ao Paraná um endividamento interno de Hum trilhão e 300 bilhões de cruzeiros.

E nega ao funcionalismo público um reajuste de acordo com a inflação, porque está aqui um manifesto dos Servidores Públicos Estaduais, solicitando 105% e a Assembléia Legislativa solicitou 120% para o Governo dar um reajuste de acordo com a inflação e que nós vemos no Paraná de hoje, lamentavelmente, é negar este dinheiro para o funcionalismo público, dar aos poderosos a anistia e dar ao Paraná como futuro o endividamento interno e do endividamento externo. Este é o governo da irresponsabilidade e esta é a marca do Richa no Palácio Iguaçu.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Concedo a palavra ao Líder do PDT, Senhor Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Farei a leitura da Carta aos Deputados, da FESPAR - Federação dos Servidores Públicos do Paraná, e que vem assinada por João Maria de Paula Correia, Presidente e

Doático Santos, Secretário Geral, que nos foi entregue por Odilon Vidal, Vice-Presidente da FESPAR, (Lê):

"Carta aos Deputados".

A FESPAR- Federação dos Servidores Públicos do Paraná, vem até aos Senhores Deputados, apresentar a Plataforma de Reivindicações do Funcionalismo Público, esperando contar com o apoio do Poder Legislativo para alterar ou rejeitar a Mensagem de Aumento já encaminhada pelo Senhor Governador José Richa.

#### NOSSAS REIVINDICAÇÕES:

1. Reajuste Salarial de 105%, para todas as faixas salariais.

Este percentual pressupõe a concessão do INPC integral, mais reposição das perdas salariais, dando continuidade progressiva, à política de reposição levada a efeito no reajuste de julho de 1985.

2. Complementação até 105% nos reajustes salariais dos Servidores da Administração Indireta que receberam índices inferiores nas datas-bases respectivas.

3. Reajuste Trimestral.

4. Unificação dos Regimes de Trabalho: CLT e Estatutários.

5. 13.º Salário Integral.

6. Estabilidade no emprego para os servidores celetistas.

7. Piso de 3 salários-mínimos.

8. Negociação em bloco das reivindicações específicas ainda não atendidas nos respectivos órgãos.

"Os Servidores Não foram ouvidos - Prática de Governo Autoritário"

Repetiu-se o ocorrido no reajuste de julho/85, as lideranças dos servidores e as resoluções da Assembléia Geral da categoria, não foram sequer consideradas. O Governo impõe sua vontade ao velho estilo do autoritarismo; sempre por nós repudiado.

Também ao estilo enganador da velha república, o Senhor Secretário da Administração e seus Tecnocratas vem tentar iludir os servidores públicos, dizendo estar o percentual de 80.12%, cerca de 10% acima do INPC. Esta é uma grossa mentira, pois com a nova sistemática de reajuste salarial o INPC, que reajustará os salários de janeiro só será conhecido nos próximos dias e tudo leva a crer que estará por volta ou acima de 80%.

Ou seja, não haverá reposição nenhuma.

SEMPRE HÁ TEMPO PARA CORRIGIR ERROS.

A nossa presença na Assembléia Legislativa se faz com a esperança de que os Senhores Deputados façam ver ao Senhor Governador José Richa a necessidade de retirar a Mensagem de aumento e rediscuti-la

com as lideranças dos servidores, através de um processo mediado pelo Poder Legislativo, restaurando a coerência entre as propostas e a prática democrática.

Curitiba, 05 de dezembro de 1985.

(aa) JOSÉ MARIA DE PAULA CORREIA

Presidente

ODILON VIDAL

Vice-Presidente

DOÁTICO A.A. SANTOS

Secretário Geral.

É esta a carta da FESPAR- Federação dos Servidores Públicos do Paraná.

Em nome do PDT, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos hipotecar irrestrito e incondicional apoio, a esta pauta de reivindicações da FESPAR.

Num País como o Brasil, em que o próprio Governo numa declaração esta semana através da imprensa, já admitiu a sua fraqueza para conter a inflação e já fez uma previsão pessimista para o ano que vem, dizendo de acordo com a matéria publicada nos maiores jornais do Brasil, de que se tudo correr bem com a máquina do governo, a inflação do ano que vem será de 220%.

Ora, está aí uma incoerência, porque de um lado o Governo dá ao funcionalismo aumento de 80% para que ele se mantenha com este reajuste até julho do ano que vem e do outro lado o desespero do funcionário público que não sabe o que fazer daqui para frente, para poder continuar sustentando a sua família, e é bom lembrar, Senhor presidente, Senhores Deputados, que uma passagem de ônibus de um coletivo que custava cem cruzeiros neste, custa um mil e trezentos cruzeiros; um quilo de carne que com a chegada da Nova República custava seis mil cruzeiros, está custando trinta mil cruzeiros.

É bom lembrar aos homens do Governo que a luz, a energia elétrica já subiu, neste ano, mais de 300%, e o Governo com um cinismo, quase que a tripudiar em cima da dificuldade do povo brasileiro, vem afirmar que daqui para a frente, a energia elétrica vai subir acima da inflação, para poder pagar as hidrelétricas que o Governo vai construir.

Mas, o Governo não perguntou ao povo se o povo tem condições de pagar.

Seria o mesmo que o povo fizesse dívida e chamasse o Governo para pagar as suas dívidas pessoais. Esse mesmo Governo está aumentando a luz e o combustível, mensalmente. E a notícia desta semana é que, a partir de janeiro, o combustível começará a subir em índices bem maiores que no ano de 1985.

O mesmo Governo aumenta a prestação da Casa Própria, em 246%, e ainda lança o "pacote econômico", embrulhando o povo brasileiro: o povo, com este maldito "pa-

cote econômico", foi, simplesmente, espoliado e embrulhado pelo Governo, porque, daqui para a frente, o trabalhador quase que ficou até proibido de ganhar bem. Porque, se ele tiver um salário razoável, vai ter apenas o sustento para o "leão" do imposto de renda. Mas, no momento, o que nós precisamos pregar é que o trabalhador tenha um salário humano, digno, condizente com a inflação que é, simplesmente, de arrepiar, e de causar trauma nos pais de família.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós estamos aqui em nome do PDT, para hipotecar todo o apoio a este movimento; para dizer que é humanamente impossível a um cidadão brasileiro receber, agora, um aumento de 80% e ter que se aguentar até julho para poder receber o novo reajuste do seu salário. Por isso, nosso apelo à sensibilidade do Governador José Richa, para que atenda a FESPAR...

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Dou aparte ao Líder do PMDB, Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência tocou em muitos assuntos que eu gostaria imensamente de discutir com Vossa Excelência no instante em que estivermos votando no período extraordinário, que merece, realmente, uma discussão muito ampla.

Eu só queria fazer uma correção e rezar a Deus que aconteça: essa tributação louca sobre o trabalho do trabalhador, embrulhado no "pacote econômico", Deus permita que chegue o salário a isso. Mais de 40 milhões de cruzeiros, Deputado, é quando começa a incidir o imposto por esse "pacote" que embrulhou todo mundo.

Aliás, eu, muitas vezes, não entendo Vossa Excelência, que procura defender as classes mais oprimidas e, no instante em que o Governo tem um "pacote" que vai, exatamente, apertar em cima dos que ganham mais para poder folgar naqueles que ganham menos, Vossa Excelência reclama.

Eu desafio Vossa Excelência que me mostre no "pacote econômico", que alguém que ganhe até 10 ou 15 salários--mínimos vai ter recolhimento de imposto. Nesse dia, Vossa Excelência vai me convencer que está enrolado o ordenado do trabalhador.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Muito bem, Vossa Excelência não pode esquecer que, através desse "pacote econômico", se o trabalhador recorrer ao banco, e ele o faz permanentemente para fazer empréstimo, o Banco estará cobrando mais de 20% de juros do trabalhador, debitando a taxa alta para o "pacote econômico". Se o cidadão tiver

uma meia-água alugada por qualquer cruzeiros, desde que seja aluguel, o Governo vai levar também, nobre Deputado. Então, o nosso desejo é que todos possam trabalhar para ganhar bem.

Agora, o pior de tudo é ver com tristeza, aqui no nosso Paraná, aquele que não ganha o suficiente nem para a própria alimentação, ele não recebe um salário-mínimo que atenda o aluguel, a luz, a água, o telefone.

O funcionalismo público está sendo modesto, humilde, pedindo reajuste trimestral. Mas, o Governo Federal está reajustando as tarifas públicas mensalmente...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Eu nego aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência não é democrático?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Para Vossa Excelência, eu nego aparte sempre.

Senhor Presidente, eu me recuso a dar aparte a esse cidadão. Eu pediria a Vossa Excelência que mandasse desligar o microfone desse cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa considera o aparteante, como o nobre Deputado colega, de todos nós. A palavra está realmente com Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- (Pela Ordem).

Mas nos termos do Regimento Interno Vossa Excelência sabe que o orador que se encontra na Tribuna pode, por qualquer razão, negar-se a conceder o aparte. E o nobre Deputado deve esperar, diz o Regimento Interno, a resposta e o seu tempo para falar na Tribuna da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência entendeu errado, está com a palavra o nobre Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, volto a afirmar que o funcionalismo público está frustrado, decepcionado, e até esperançoso que a ilustre Bancada do PMDB, que tem uma maioria expressiva nesta Casa, consiga levar e sensibilizar o Governador José Richa de que o Brasil, com este custo de vida tão alto, com uma inflação que nem o próprio Governo está sabendo, prevê de quanto será para o próximo ano, o funcionário público, Senhor Presidente, ele não pode ficar com aumento de 80% até porque, o INPC está sendo manipulado pelo Governo.



O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra por mais um minuto para concluir.

O SR.ANTÔNIO BELINATI - Portanto, Senhor presidente, a própria imprensa nacional estampou com grande destaque, o mundo inteiro tomou conhecimento, que o Governo brasileiro passou a manipular o custo de vida. O custo de vida nos supermercados é um, e o custo de vida do IBGE é outro, para que o Governo manipule a caderneta de poupança e manipule também o salário de nosso trabalhador. Aconteceu assim com a inflação de 15% ou mais, e que o Governo vem, com uma tremenda cara de pau, dizer que tinha sido pouco mais de 11%.

Então o nosso funcionário público, ele não pode aceitar mais correção na base do INPC, porque esse INPC é o INPC do Governo, do Palácio do Planalto, usado, manipulado e abusado para prejudicar, isto sim, Deputado Caíto Quintana, para prejudicar os trabalhadores, assalariados, em especial o funcionário público. (Sem revisão do orador).

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Encerrado o Horário das Lideranças

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 68/85, que objetiva a criação de 04 (quatro) cargos de provimento em Comissão, de Assessor, símbolo DAS-5, na estrutura da Secretaria de Estado do Planejamento. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 36, de 08.05.85., Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 124/85, que dispõe do cálculo da gratificação de que trata o inciso III, do artigo 172, da Lei n. 6174 de 16.11.70, dever-se-á consideraar como vencimento a importância devida ao servidor como remuneração básica de seu cargo, acrescida dos percentuais, conforme especifica. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 64, de 26.06.85.).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n. 128/85, que cria, sob a forma de fundação, a Universidade Estadual do Litoral e dá outras providências. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 134, de 28.11.85, Substitutivo Geral).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 241/85, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 100, de 30.09.85, Mensagem n. 173).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 242/85, (Mensagem n. 177/85), que objetiva acrescentar parágrafo 3.º ao artigo 49, da Lei n. 5849, de 25.09.68, (Estatuto do Ministério Público do Paraná). Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 242/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- O Artigo 49, da Lei n. 5.849, de 25 de setembro de 1968, fica acrescido do § 3.º, com a seguinte redação:

"§ 3.º- Fica assegurado o direito de opção aos Promotores de Justiça da mesma Comarca, para preenchimento de vaga nela ocorrida, se o manifestarem no prazo de 8 (oito) dias, a contar do ato que lhe deu causa, ou de ato declaratório da vacância por morte do titular, respeitada a ordem de antigüidade na Comarca".

Art.2.º- O artigo 129 da Lei n. 5.849/68, acrescido de parágrafo único, passa a ter a seguinte redação:

"Art. A Associação Paranaense do Ministério Público, dotada de personalidade jurídica, reconhecida de utilidade pública pela Lei n. 6.424, de julho de 1973, é a entidade de representação da Classe e dela fazem parte os membros do Ministério Público em atividade, disponibilidade e aposentados, que desejarem.

Parágrafo Único- Poderá afastar-se para exercer seu mandato na entidade representativa da Classe, o Presidente eleito, sem prejuízo dos vencimentos e demais vantagens do cargo, considerando-se de

efetivo exercício, para todos os efeitos legais, o período de afastamento".

Art.3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 03/12/85.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.237/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.176/85), que objetiva criar mais 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por três sessões, do Projeto de Lei n.237/85. Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia o Projeto de Lei n.237/85 por 3 (três) sessões.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.154/85, (Ex-Proposição n.71/85), oriundo de PARECER DA COMISSÃO DO ORÇAMENTO aprovado por unanimidade, e que referenda nos termos do art.5.º, da Lei n.7.986 de 05/12/84, os Orçamentos das Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Órgãos de Regime Especial, para o exercício de 1985, todos constantes do Decreto n.4684 de 02/01/85. EM REGIME DE URGÊNCIA, Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Linhares, ocorrido no município de Pato Branco. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rita Ferreira Bueno, ocorrido em Pouso Alegre, no município de Jardim Alegre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Issa Jabur, ocorrido no município de Porecatu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antonio Roque Mortari (Tonico), ocorrido no município de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Ministro da Fazenda, visando a revisão do art.5.º do Projeto de Lei que trata do pagamento do imposto de renda por pessoas físicas, no seu item 1.º quando aplica a tabela aos emolumentos e custas dos serventuários da justiça. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro e Secretário dos Transportes, sugerindo a denominação de Rodovia Governador Moysés Lupion ao trecho da BR-487, que interliga Manoel Ribas à BR-373, passando por Cândido de Abreu, Três Bicos, Tereza Cristina, Ivaí e Ipiranga. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, destinada a estudar em todos os seus aspectos e implicações, os problemas relativos ao carvão mineral no Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, visando a construção de uma estrada de ferro ligando os municípios de Campo Mourão e Guaparuva. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo subsídios para a aquisição de corretivo de solo, bem como para o combate à erosão no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando seja aumentada a fiscalização, quanto à venda de leite e seus derivados no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do ITCF - Instituto de Terras, Cartografias e Florestas, por intermédio da Secretaria da Agricultura, objetivando o reequipamento para os trabalhos desse Instituto, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da

Educação, encarecendo a doação de um Ônibus para o transporte dos estudantes do Colégio Agrícola localizado no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da CLASPAR, por intermédio da Secretaria da Agricultura, encarecendo a agilização visando implantar uma Coordenadoria dessa Empresa no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidentes do BRADESCO e da Fundação Top Clube Bradesco, visando a implantação de uma escola mantida por essa instituição bancária, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando a liberação de recursos orçamentários para auxiliar no pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público do município de Janiópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de recursos financeiros para o pagamento do 13.º salário aos servidores públicos do município de Juranda. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário de Finanças visando a liberação de recursos para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público do município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo o auxílio no pagamento do 13.º salário aos servidores do município de Ubiratã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, objetivando a liberação de recursos para o pagamento do 13.º salário dos servidores públicos do município

de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças encarecendo auxílio financeiro para pagar aos servidores públicos, quanto ao 13.º salário do município de Quinta do Sol. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças encarecendo recursos para o pagamento do 13.º salário dos funcionários do município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, objetivando a destinação de recursos financeiros a serem aplicados na construção de pelo menos duas unidades para exposição permanente no Parque de Exposição localizado no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a liberação de verbas para auxiliar no pagamento do 13.º salário aos funcionários do município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo a destinação de recursos financeiros para auxiliar no pagamento do 13.º salário do funcionalismo público do município de Mariluz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando a liberação de recursos orçamentários para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público do município de Moreira Sales. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, visando recursos para o pagamento do 13.º salário ao funcionalismo público do município de Nova Cantu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário das Finanças, encarecendo recursos para o pagamento do 13.º salário dos servidores do município de Sertãoópolis. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, para que o mesmo interceda junto ao PROAGRO e Banco Central do Brasil, para que autorizem a prorrogação dos prazos das dívidas de investimentos dos produtores rurais, atingidos pela recente estiagem em nosso Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Pastor Cláudio Chagas Belz, Líder da mocidade da Igreja Adventista do Sétimo Dia, pelo seu 25.º aniversário de atividades. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário da 1.ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor José Carlos Rohn, pela sua eleição como Diretor da Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do município de Paranaguá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, indagando se foi incluída na Programação de Obras daquela Pasta, para o ano de 1986, a construção do prédio da 18.ª Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, com sede no município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Tendo a Assembléia cumprido a apreciação de matéria do período ordinário compreendido entre os dias 1.º de março e 05 de dezembro do corrente ano, esta Presidência solicita do Senhor 1.º Secretário que proceda a leitura da Sinopse dos Trabalhos realizados por este Poder até a data de hoje.

O Sr. Adhail Sprenger Passos - (Lê a Sinopse dos trabalhos realizados por este Poder até a data de hoje):

#### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

#### SETOR DE ARQUIVO E MOVIMENTAÇÃO

#### SERVIDOR ESTATÍSTICO

Sinopse dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do período ordinário, compre-

endido entre 1.º de março a 05 de dezembro de 1985.

|  |       |
|--|-------|
| Sessões Preparatórias.....                               | 002   |
| Sessão de Instalação.....                                | 001   |
| Sessões Ordinárias.....                                  | 119   |
| Sessões Extraordinárias.....                             | 029   |
| Sessões Solenes.....                                     | 011   |
| Sessões Especiais.....                                   | 002   |
| Projetos de Lei apresentados.....                        | 272   |
| Projetos de Lei aprovados.....                           | 137   |
| Projetos de Leis Sancionados pelo Senhor Governador..... | 152   |
| Projetos de Lei rejeitados pelo Plenário.....            | 009   |
| Projetos de Lei vetados.....                             | 005   |
| Projetos de Resolução apresentados...                    | 010   |
| Projetos de Resolução aprovados.....                     | 070   |
| Requerimentos dos Senhores Deputados.....                | 2.332 |
| Votos de Louvor, Regozijo e Congratulações.....          | 297   |
| Votos de Pesar.....                                      | 283   |
| Mensagens do Senhor Governador.....                      | 220   |
| Ofícios do Senhor Governador.....                        | 153   |
| Ofícios das Câmaras Municipais.....                      | 002   |
| Ofícios diversos.....                                    | 007   |
| Indicações.....  | 017   |
| Emendas.....   | 017   |
| Comunicações.....  | 002   |
| Portarias baixadas pelo Senhor Diretor Geral.....        | 457   |
| Decretos Legislativos.....                               | 446   |
| Resoluções promulgadas pelo Senhor Presidente.....       | 078   |
| Lei promulgada pelo Senhor Presidente.....               | 001   |

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Suspendo a sessão por alguns minutos para lavratura da ata, que deverá ser aprovada ainda nesta sessão. (É supensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está reaberta a sessão.

O Senhor Presidente solicita ao Senhor 2.º Secretário que proceda a leitura das atas da 5.ª Sessão que encerra hoje.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - (Procede à leitura das atas).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação as atas. Aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão e o período Ordinário de Sessões, da 3.ª Sessão Legislativa da Décima Legislatura, convocando os Senhores Deputados a se reunirem sexta-feira, dia 06 às 10:00 horas, para Instalação do Período Extraordinário de Sessões, convocado pelo Senhor Governador do Estado, para funcionar no período de 06 a 31 do corrente mês, para apreciação das matérias objetivo da convocação.

Levanta-se a sessão.